



Instituto
Paranaense de
Desenvolvimento
Econômico e Social

ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO

CURITIBA
1994

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - *Secretário*

FERDINANDO SCHAUBURG - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH - *Diretor Administrativo-Financeiro*

ELVINA MARIA SOARES CHAVES - *Diretora do Centro de Pesquisa*

EMÍLIO CARLOS BOSCHILIA - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

EVALDO MARCOS PAVANATO - *Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Maria Luíza M. S. Marques Dias (*economista*) - Coordenadora

Joe de Assis Garcia (*matemático*)

Rosângela Diniz Chubak (*socióloga*)

Glória Carta (*administradora*)

Hudson Prestes dos Santos (*estatístico*) - responsável pela Tipologia de Municípios e Metodologia de Amostragem

APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL

Izabel Christina Ghermacovski e Rosicleire Misael R. Broto (*revisão*), Maria Dirce B. Marés de Souza (*normalização bibliográfica*), Sonia de Fátima S. Ramalho (*editoração eletrônica*), Stella M. Grazziero de Araujo (*figuras*), Renate Winz (*mapas*), João Vivaldo dos Santos (*reprodução*)

I59a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Análise dos gastos públicos municipais em educação. -- Curitiba : IPARDES, 1994.
50 p.

1. Gastos municipais. 2. Educação. 3. Paraná.
I. Título.

CDU 336.126(816.2)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE FIGURAS	iii
INTRODUÇÃO.....	1
1 INFORMAÇÕES E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS.....	2
1.1 MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL	2
1.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	3
2 DESPESAS COM EDUCAÇÃO	8
3 ANÁLISE DOS INDICADORES.....	14
CONCLUSÃO.....	31
ANEXO 1 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS MUNICIPAIS E GASTOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA.....	32
ANEXO 2 - COMPORTAMENTO ESTATÍSTICO DAS VARIÁVEIS EM ESTUDO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

LISTA DE TABELAS

1	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL REGULAR, SUPLETIVO, SUPERIOR E DE CLASSE ESPECIAL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991	4
2	POPULAÇÃO, NÚMERO DE MATRÍCULAS E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A FAIXA ETÁRIA DE 5 A 12 ANOS, DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE 1º GRAU (ENSINO REGULAR E ESPECIAL), PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991	5
3	INDICADORES EDUCACIONAIS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991	16
4	POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991	19
5	INDICADORES FINANCEIROS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991	25
6	RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PESSOAL E MATRÍCULAS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ -1991	29

LISTA DE FIGURAS

1	RELAÇÃO ENTRE GASTOS EM EDUCAÇÃO E RECEITA DE IMPOSTOS	15
2	RELAÇÃO ENTRE OS GASTOS EM ENSINO FUNDAMENTAL E A RECEITA DE IMPOSTOS	15
3	RELAÇÃO ENTRE TRANSFERÊNCIA TOTAL E RECEITA TOTAL	18
4	ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO	20
5	RECEITA DISPONÍVEL PER CAPITA	21
6	CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES	23
7	RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO E DESPESA TOTAL	23
8	RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PESSOAL E MATRÍCULA	28

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, assim como a Constituição do Estado do Paraná, prevêem que os municípios despendam 25% de suas receitas, originadas de impostos, em despesas com educação.

O que se tem observado, na realidade, é uma tendência em considerar como despesa em educação uma série de gastos que extrapolam os parâmetros estabelecidos para esse tipo de despesa, tais como atividades desportivas, culturais, etc.

O objetivo deste relatório é avaliar o cumprimento do preceito constitucional pelos municípios do Paraná, tendo como referência a situação financeira deles. Dessa forma, procurou-se estabelecer correlações entre a aplicação adequada dos recursos e o porte econômico-financeiro dos municípios.

Dadas as relações entre a base econômica municipal e a sua capacidade financeira, o ponto de partida para a análise foi estabelecer uma hierarquização dos municípios, tomando-se por base variáveis econômicas e financeiras. Foi estabelecida uma tipologia de forma que todos os municípios do Estado ficassem agrupados em cinco estratos, aos quais aplicou-se um processo de amostragem, resultando numa amostra de 87 municípios representativos de seus respectivos grupos. A metodologia e os resultados desse trabalho compõem uma publicação à parte¹, possibilitando sua utilização por outros estudos que tenham por objetivo uma análise dos municípios paranaenses a partir de uma ótica regionalizada e hierarquizada, abrangendo aspectos econômicos e de finanças.

¹ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Análise dos gastos públicos municipais em educação : tipologia de municípios e metodologia de amostragem*. Curitiba : IPARDES, 1994. 67p.

1 INFORMAÇÕES E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

A fonte básica de informações utilizadas foi a Síntese da Prestação de Contas Municipais (Balanços Municipais) de 1991, fornecida pelo Tribunal de Contas do Estado, da qual foram selecionadas, além dos dados gerais dos balanços, a Natureza das Despesas - Consolidação por Órgão e a Desagregação da Despesa por Programas, constantes, respectivamente, dos anexos 2 e 7.

As informações demográficas utilizadas foram extraídas do Censo Demográfico de 1991 - Resultados Preliminares.

Já as informações educacionais foram coletadas e sistematizadas a partir dos procedimentos apresentados a seguir. A utilização desses indicadores na análise teve o intuito de fornecer uma medida quantitativa da prestação dos serviços educacionais a ser confrontada com as medidas financeiras obtidas dos Balanços Municipais.

1.1 MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL

Primeiramente foi feito um levantamento das matrículas ofertadas pelas prefeituras municipais, nos diferentes níveis de ensino, dos períodos diurno e noturno e das zonas urbana e rural, buscando-se ter uma dimensão da oferta de matrículas pela rede pública municipal. Assim, foram consideradas as matrículas dos ensinos regular, especial, supletivo e superior para o conjunto de municípios da amostra.

O ensino regular é compreendido pelo ensino pré-escolar e pelo de 1º e 2º graus.

O ensino especial, que envolve os ensinos de pré-escola e de 1º grau, refere-se às classes especiais e às instituições especializadas. Compreendidas por turmas dentro da escola, estas classes destinam-se a dar assistência a alunos com dificuldade de aprendizagem, em função de alguma deficiência leve, seja física, auditiva ou mental. Igualmente às classes especiais, uma vez que prestam atendimento a crianças

com estas mesmas deficiências, tem-se as instituições especializadas, cujos casos mais graves recebem atendimento especializado fora da escola.

O ensino supletivo é semestral e divide-se em três fases: Fase I - de 1ª a 4ª séries, Fase II - de 5ª a 8ª séries e Fase III - 2º grau. Dado que todas as informações deste nível de ensino foram coletadas para o ano de 1991, trabalhou-se com a média dos dois semestres desse ano.

No Estado, o ensino superior mantido pela rede municipal compõe-se ao todo de sete faculdades isoladas, cujo número de matrículas, em relação às demais redes que ofertam este nível de ensino, pode ser considerado residual.

A principal fonte de onde foram obtidas informações relativas à pré-escola e ao ensino de 1º e 2º graus foi o Sistema Estadual de Informações/Base Pública do Estado (SEI/BPUB). As outras fontes foram os dados da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (SETI), referentes às informações do ensino superior, e os do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), referentes ao ensino especial e supletivo.

Reunindo todas essas informações, foi possível chegar a uma variável que contempla o número de matrículas ofertadas pela rede pública municipal (tabela 1).

1.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A taxa de escolarização é um importante indicador educacional que permite conhecer o alcance do atendimento dado à população por parte dos órgãos educacionais competentes.

Em relação aos dados quantitativos, a taxa de escolarização se traduz em um indicador de cobertura que relaciona a matrícula na idade considerada ideal para cursar determinado grau de ensino e a população da faixa etária, teoricamente correspondente àquele grau.

Assim, foi realizado um levantamento das matrículas ofertadas pelas redes de educação pública e privada nos municípios, considerando o ensino fundamental regular (pré-escolar e de 1º grau) e especial das zonas urbana e rural (tabela 2).

TABELA 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL REGULAR, SUPLETIVO, SUPERIOR E DE CLASSE ESPECIAL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	MATRÍCULA	MUNICÍPIO	MATRÍCULA
Apucarana	11 908	Londrina	25 605
Arapongas	2 036	Lunardelli	569
Araucária	10 608	Mallet	567
Assaí	845	Mandaguari	3 257
Astorga	615	Marechal Cândido Rondon	5 283
Bandeirantes	2 278	Mariluz	372
Barbosa Ferraz	949	Maringá	11 130
Boa Esperança	244	Morretes	1 593
Cambé	6 196	Nossa Senhora das Graças	87
Campina da Lagoa	1 851	Nova Aliança do Ivaí	243
Campo Largo	11 194	Nova Aurora	1 153
Campo Mourão	5 318	Nova Fátima	616
Cantagalo	3 664	Nova Prata do Iguaçu	1 222
Capitão Leônidas Marques	1 421	Paçandu	3 145
Carlópolis	240	Palmas	6 588
Cascavel	18 289	Paranaguá	9 27
Castro	4 474	Paranavaí	2 455
Catanduvas	1 272	Pato Branco	2 652
Cerro Azul	2 762	Paula Freitas	159
Chopinzinho	1 977	Pinhão	3 520
Colombo	15 750	Ponta Grossa	17 396
Contenda	1 470	Porecatu	687
Corbélia	1 344	Presidente Castelo Branco	1 013
Cornélio Procopio	2 223	Prudentópolis	5 343
Coronel Vivida	2 585	Querência do Norte	1 793
Curitiba	60 041	Rebouças	175
Formosa do Oeste	518	Ribeirão do Pinhal	479
Foz do Iguaçu	18 142	Rio Negro	3 041
Francisco Beltrão	9 552	Sabáudia	235
Guaira	2 069	Santa Cruz do Monte Castelo	155
Guaraci	459	Santa Isabel do Ivaí	399
Guarapuava	15 396	Santa Izabel do Oeste	1 914
Imbituva	2 460	Santo Inácio	874
Inácio Martins	936	São José dos Pinhais	16 908
Inajá	45	São Mateus do Sul	4 156
Iratí	1 807	São Pedro do Ivaí	471
Itaguajé	34	São Tomé	85
Ivaiporã	3 686	Sapopema	666
Jacarezinho	1 018	Telêmaco Borba	7 605
Jaguapitã	380	Terra Boa	939
Jandaia do Sul	832	Terra Roxa	1 693
Jardim Alegre	1 154	Toledo	10 819
Joaquim Távora	372	Umuarama	5 537
Laranjeiras do Sul	6 189		

FONTES: IPARDES, FUNDEPAR, SETI

NOTAS: Dados extraídos da Base Pública do Estado (BPUB).

O ensino regular compreende a pré-escola e o 1º e 2º graus, e o ensino especial, as classes especiais e instituições especializadas.

TABELA 2 - POPULAÇÃO, NÚMERO DE MATRÍCULAS E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A FAIXA ETÁRIA DE 5 A 12 ANOS, DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE 1º GRAU (ENSINO REGULAR E ESPECIAL), PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
Apucarana	15 976	14 367	89,93
Arapongas	10 137	10 171	100,33
Araucária	12 256	10 056	82,05
Assai	3 830	3 590	94,15
Astorga	3 687	3 851	104,83
Bandeirantes	6 115	5 671	92,74
Barbosa Ferraz	3 541	3 412	96,36
Boa Esperança	1 281	1 127	87,98
Cambé	12 901	12 668	98,19
Campina da Lagoa	3 805	3 607	94,80
Campo Largo	13 273	12 912	97,28
Campo Mourão	14 820	13 830	93,32
Cantagalo	5 531	4 505	81,45
Capitão Leônidas Marques	3 357	3 243	96,60
Carlópolis	2 347	2 094	89,22
Cascavel	35 346	30 653	86,72
Castro	12 543	10 957	87,36
Catanduvas	2 094	2 163	103,30
Cerro Azul	4 724	2 911	61,62
Chopinzinho	4 788	3 627	75,75
Colombo	23 389	18 248	78,02
Contenda	1 645	1 715	104,25
Corbélia	4 050	3 776	93,23
Cornélio Procopio	7 912	7 206	91,08
Coronel Vivida	4 869	4 452	91,44
Curitiba	212 281	204 016	96,11
Formosa do Oeste	2 525	2 075	82,18
Foz do Iguaçu	37 906	30 773	81,18
Francisco Beltrão	11 241	10 001	88,97
Guaira	5 740	5 705	99,39
Guaraci	874	1 127	128,95
Guarapuava	30 143	23 604	78,31
Imbituva	4 592	3 579	79,83
Inácio Martins	2 844	1 390	48,88
Inajá	478	467	97,70
Irati	8 285	7 325	88,41
Itaguajé	942	841	89,28
Ivaiporã	8 322	7 048	84,69
Jacarezinho	7 359	6 986	94,93
Jaguapitã	1 854	1 680	90,61
Jandaia do Sul	3 033	3 202	105,57
Jardim Alegre	3 631	2 935	80,83
Joaquim Távora	1 755	1 806	102,91
Laranjeiras do Sul	10 836	8 601	79,37
Londrina	65 926	56 780	86,13
Lunardelli	1 376	1 147	83,36
Mallet	2 145	1 818	84,75
Mandaguari	4 579	4 556	99,50
Marechal Cândido Rondon	8 308	7 864	94,66
Mariluz	2 027	1 890	93,24
Maringá	38 468	39 359	102,32
Morretes	2 453	2 234	91,07
Nossa Senhora das Graças	582	674	115,81
Nova Aliança do Ivaí	225	198	88,00

continua

TABELA 2 - POPULAÇÃO, NÚMERO DE MATRÍCULAS E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A FAIXA ETÁRIA DE 5 A 12 ANOS, DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE 1º GRAU (ENSINO REGULAR E ESPECIAL), PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA	conclusão
			TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
Nova Aurora	2 662	2 417	90,80
Nova Fátima	1 469	1 336	90,95
Nova Prata do Iguaçu	2 356	2 074	88,03
Paiçandu	3 912	3 425	87,55
Palmas	6 991	5 680	81,25
Paranaguá	19 916	16 671	83,79
Paranavaí	12 032	12 030	99,98
Pato Branco	9 978	8 896	89,16
Paula Freitas	831	671	80,75
Pinhão	7 114	5 983	84,10
Ponta Grossa	41 067	36 830	89,68
Porecatu	3 004	3 034	101,00
Presidente Castelo Branco	613	687	112,07
Prudentópolis	9 301	7 182	77,22
Querência do Norte	2 112	1 636	77,46
Rebouças	2 425	1 818	74,97
Ribeirão do Pinhal	2 678	2 437	91,00
Rio Negro	4 921	4 146	84,25
Sabáudia	906	741	81,79
Santa Cruz do Monte Castelo	1 922	1 613	83,92
Santa Isabel do Ivaí	2 217	2 317	104,51
Santa Izabel do Oeste	2 365	2 037	86,13
Santo Inácio	964	900	93,36
São José dos Pinhais	23 788	20 961	88,12
São Mateus do Sul	6 276	5 263	83,86
São Pedro do Ivaí	1 740	1 652	97,70
São Tomé	912	773	84,76
Sapopema	1 494	1 146	76,71
Telêmaco Borba	12 142	11 623	95,73
Terra Boa	2 456	2 362	96,17
Terra Roxa	3 291	2 772	84,23
Toledo	16 880	15 664	92,80
Umuarama	17 395	15 689	90,19

FONTES: IPARDES, FUNDEPAR

NOTA: Dados extraídos da Base Pública do Estado (BPUB).

Na definição da taxa de escolarização foi adotada uma série de critérios estabelecidos de acordo com os objetivos do presente trabalho.

O intervalo de faixa etária escolhido compreende as idades entre 5 e 12 anos, pautando-se basicamente pela forma como a informação sobre a faixa etária se apresentava nos relatórios e questionários utilizados.

Para as informações referentes ao ensino de 1º grau, o relatório apresentava-se muito amplo, englobando as faixas etárias que iam de menos de 7 a mais de 21 anos, sendo que a maior concentração de matrículas ocorria para as idades de até 12 anos.

Mesmo não sendo objetivo precípuo desta análise, foi examinado o relatório do ensino do 2º grau, o qual abrangia a faixa etária inicial, a partir dos 13 anos de

idade, o que reforçou a idéia de se fazer um corte em até 12 anos para as informações aqui utilizadas, as quais são do ensino de 1º grau.

O ensino supletivo não foi considerado em virtude dos questionários apresentarem faixas etárias que variavam de menos de 14 anos a mais de 35, portanto fora da faixa etária escolhida.

Somadas as esferas administrativas – federal, estadual, municipal e particular – atuantes no setor de educação nos municípios, são assim subdivididos os ensinos regular e especial, por nível de ensino e faixa etária:

Ensino Regular	pré-escolar - 5, 6 e mais de 6 anos 1º grau - 7 a 12 e menos de 7 anos				
Ensino Especial	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 5px;">Classe Especial</td> <td style="padding: 5px;"> pré-escolar - 5, 6 e mais de 6 anos 1º grau - 7 a 12 e menos de 7 anos </td> </tr> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 5px;">Instituição Especializada</td> <td style="padding: 5px;"> pré-escolar - 5, 6 e menos de 6 anos 1º grau - 6 a 12 e menos de 6 anos </td> </tr> </table>	Classe Especial	pré-escolar - 5, 6 e mais de 6 anos 1º grau - 7 a 12 e menos de 7 anos	Instituição Especializada	pré-escolar - 5, 6 e menos de 6 anos 1º grau - 6 a 12 e menos de 6 anos
Classe Especial	pré-escolar - 5, 6 e mais de 6 anos 1º grau - 7 a 12 e menos de 7 anos				
Instituição Especializada	pré-escolar - 5, 6 e menos de 6 anos 1º grau - 6 a 12 e menos de 6 anos				

A principal fonte de pesquisa aqui utilizada foi o conjunto de dados secundários obtidos junto à Fundepar. Cabe notar que as informações referentes às instituições especializadas não se encontravam consistidas e que faltavam formulários para alguns municípios. Considerando as instituições especializadas, de um total de 127 municípios amostrados, foram obtidas informações para 94 estabelecimentos.

Assim, a taxa de escolarização adotada demonstra, basicamente, o percentual de crianças que freqüentam a escola no município, entre os 5 e 12 anos de idade, conforme a fórmula que se segue:

$$\text{Taxa de Escolarização da faixa etária de 5 a 12 anos} = \frac{\text{total de alunos entre 5 e 12 anos, do município, matriculados na rede pública e privada do ensino básico}}{\text{população na faixa etária de 5 a 12 anos}} \times 100$$

2 DESPESAS COM EDUCAÇÃO

A discussão aqui desenvolvida referente aos gastos com educação realizados pelos municípios do Paraná apóia-se em preceitos constitucionais que determinam a magnitude dos recursos a serem utilizados, em cada instância de governo, na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em programas que se incluem neste conceito.

Em seu artigo 212, a Constituição Federal de 1988 determina que os municípios devem aplicar "vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino"². O parágrafo 4º exclui a possibilidade de os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no artigo 208, VII, serem financiados com receitas de impostos.

A Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 185, praticamente reproduz o texto do artigo 212 da Constituição Federal, porém sem mencionar a exclusão de qualquer programa relacionado à Função Educação e Cultura. A redação original do artigo 179, IX, que determina, entre outras atribuições do Poder Público, o atendimento aos programas acima mencionados, sem ônus para o orçamento da educação, sofreu, em dezembro de 1993, emenda para introduzir o parágrafo 6º, que exclui do financiamento, via receita de impostos, os programas de alimentação e assistência à saúde.

Em consulta formulada pela Secretaria de Educação, em 1992, questionando o artigo 179, IX, da Constituição Estadual, o Tribunal de Contas do Paraná havia

² BRASIL. Constituição : República Federativa do Brasil 1988. Brasília : Senado Federal, 1988. 292p.

aprovado a Resolução nº 5.915/92³, aceitando como despesa com educação a ser financiada com receita de impostos os gastos com material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em 1993, face à modificação proposta para o artigo 179, IX, da Constituição Estadual, foi feita nova consulta ao Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa, a qual resultou na Resolução nº 34.622/93⁴, que definiu a impossibilidade de os gastos com alimentação e assistência à saúde serem efetuados com recursos de impostos, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 212 da Constituição Federal.

Partiu-se, então, para uma avaliação geral do cumprimento dos preceitos constitucionais pelo conjunto dos municípios paranaenses, tendo como norteadora a situação financeira definida pelo indicador Receita Disponível *per capita*, que permite delinear um "perfil de riqueza" para os municípios. Este indicador foi confrontado com o de gastos na Função Educação e Cultura, determinado pelo percentual da receita de impostos aplicado pelos municípios na Função.⁵

Considerando que a receita de impostos, inclusive as oriundas de transferências federais e estaduais, representa uma quantia inferior à da receita disponível, uma vez que nesta incluem-se as taxas de serviços e outras receitas, à exceção de operações de crédito, era de se esperar que quanto maior fosse a disponibilidade de recursos maior seria o percentual gasto com os programas de educação. No entanto, o que se observa da análise dos municípios paranaenses é que

³ PARANÁ. Tribunal de Contas. Resolução n. 5.915/92, de 05 de maio de 1992. *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná*, Curitiba, n.104, p.66-67, maio/ago. 1992.

⁴ PARANÁ. Tribunal de Contas. Resolução n. 34.622/93, de 04 de novembro de 1993. *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná*, n.108, p.114, set./dez. 1993.

⁵ A análise dos perfis de gastos com educação para o conjunto dos municípios do Estado foi realizada a partir da Função Educação e Cultura, que abrange também os programas de cultura, esportes e turismo, entre outros, que não devem ser considerados como base de cálculo para os 25% constitucionais, devido à impossibilidade de se desagregar a Função por programas para todos os municípios; este procedimento deve, portanto, determinar indicadores superestimados. O ano base para coleta de dados foi o de 1991, para o qual se dispunha de todas as informações necessárias.

pouca ou nenhuma relação existe entre o tamanho da receita e o nível de gastos com educação. E, mesmo avaliando estes indicadores em função do tamanho da população, não se estabeleceu nenhum padrão de comportamento entre eles (mapas 1 e 2 e tabela A.1.1).

A título de exemplo, destacam-se alguns municípios que detêm as maiores receitas disponíveis *per capita* e possuem as menores populações do Estado, mas não guardam nenhuma identidade entre si quanto aos gastos em educação. Um deles é Nova Aliança do Ivaí, que tem a menor população e, ao mesmo tempo, a maior receita *per capita* do Estado, porém apresenta um gasto em educação pouco superior a 20% de sua receita de impostos; os outros dois são Ivatuba e Jardim Olinda, que estão praticamente na mesma situação, contudo seus gastos ultrapassam os 25% constitucionais – 27,7% e 32,1%, respectivamente.

Por outro lado, os municípios que detêm as menores receitas *per capita* não guardam nenhuma semelhança entre si, tanto na relação com os gastos na Função Educação e Cultura quanto com o tamanho de populações; no entanto, são poucos os municípios que deixam de aplicar 25% das receitas de impostos nesses gastos (tabela A.1.1). Entre os municípios de menor receita, destaca-se Colombo, que se sobressai por classificar-se como a sétima menor receita *per capita* do Estado e por apresentar o maior percentual de gastos na Função Educação e Cultura – 80,4% em relação à sua receita de impostos.

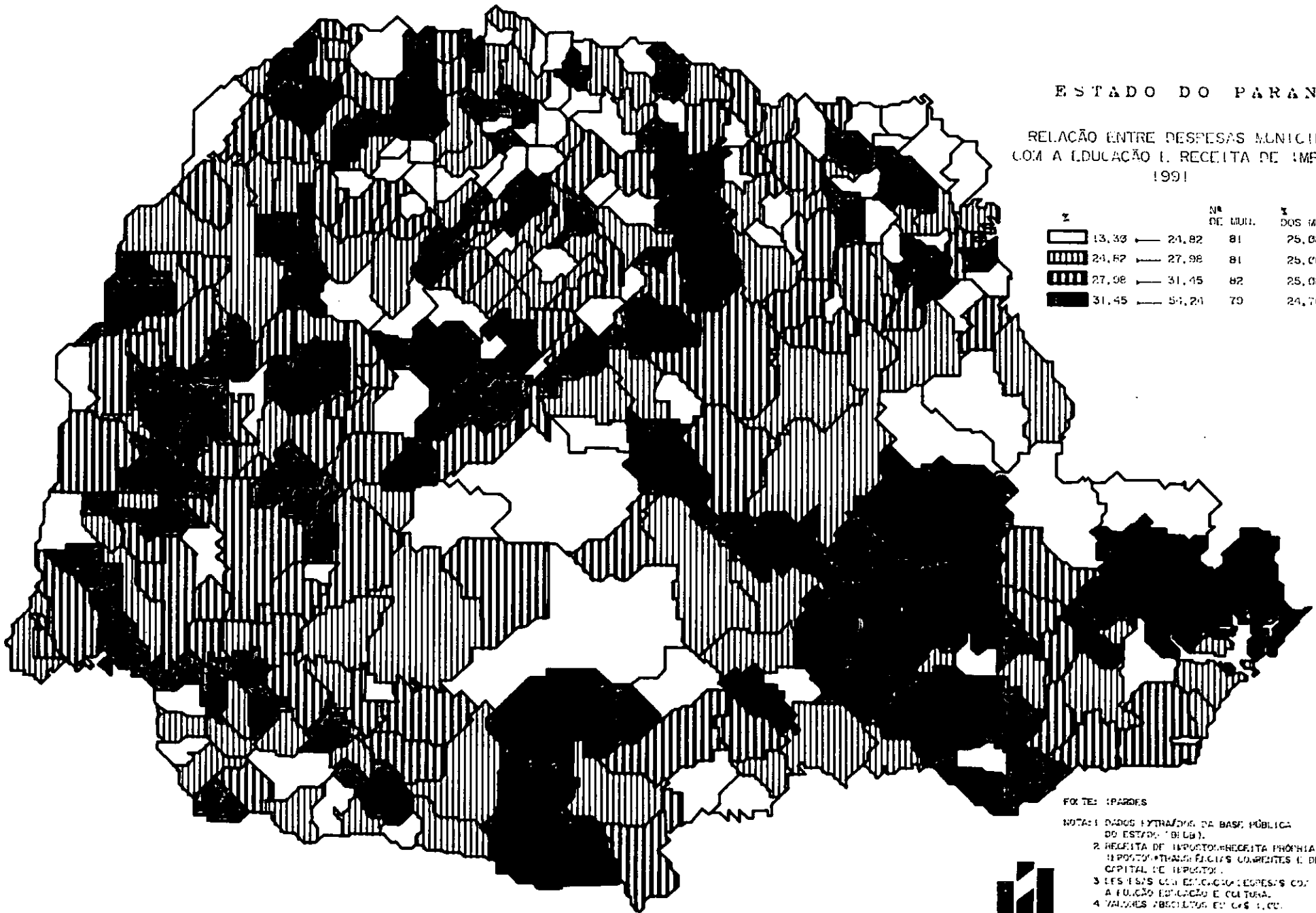
Da observação das informações sobre o conjunto dos municípios paranaenses, pode-se perceber que, em geral, os municípios com menor capacidade financeira são os que fazem maior esforço para atender sua população no que diz respeito à educação. É importante salientar, no entanto, que o maior gasto efetuado por esses municípios não significa necessariamente que as clientelas dos programas de educação estejam sendo adequadamente atendidas, mas sim que, sendo a receita disponível tão pequena e, conseqüentemente, menor a receita de impostos, o esforço em atender minimamente a população se torna maior.

Tendo em vista que a análise dos gastos com educação para todos os municípios do Estado seria praticamente impossível, estabeleceu-se uma amostra representativa⁶ para a qual foi feita uma coleta de dados desagregada em programas componentes da Função Educação e Cultura, permitindo, desta forma, obter respostas mais próximas da realidade.

⁶ Para um maior detalhamento da metodologia utilizada para estabelecer a amostragem, ver INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Análise dos gastos públicos municipais em educação: tipologia...*

ESTADO DO PARANÁ

RELAÇÃO ENTRE DESPESAS MUNICIPAIS
COM A EDUCAÇÃO E RECEITA DE IMPOSTOS
1991



%	Nº DE MUN.	% DOS MUN.
13,33 — 21,82	81	25,08
21,82 — 27,98	81	25,08
27,98 — 31,45	82	25,08
31,45 — 54,24	79	24,76

FONTE: IPARDES

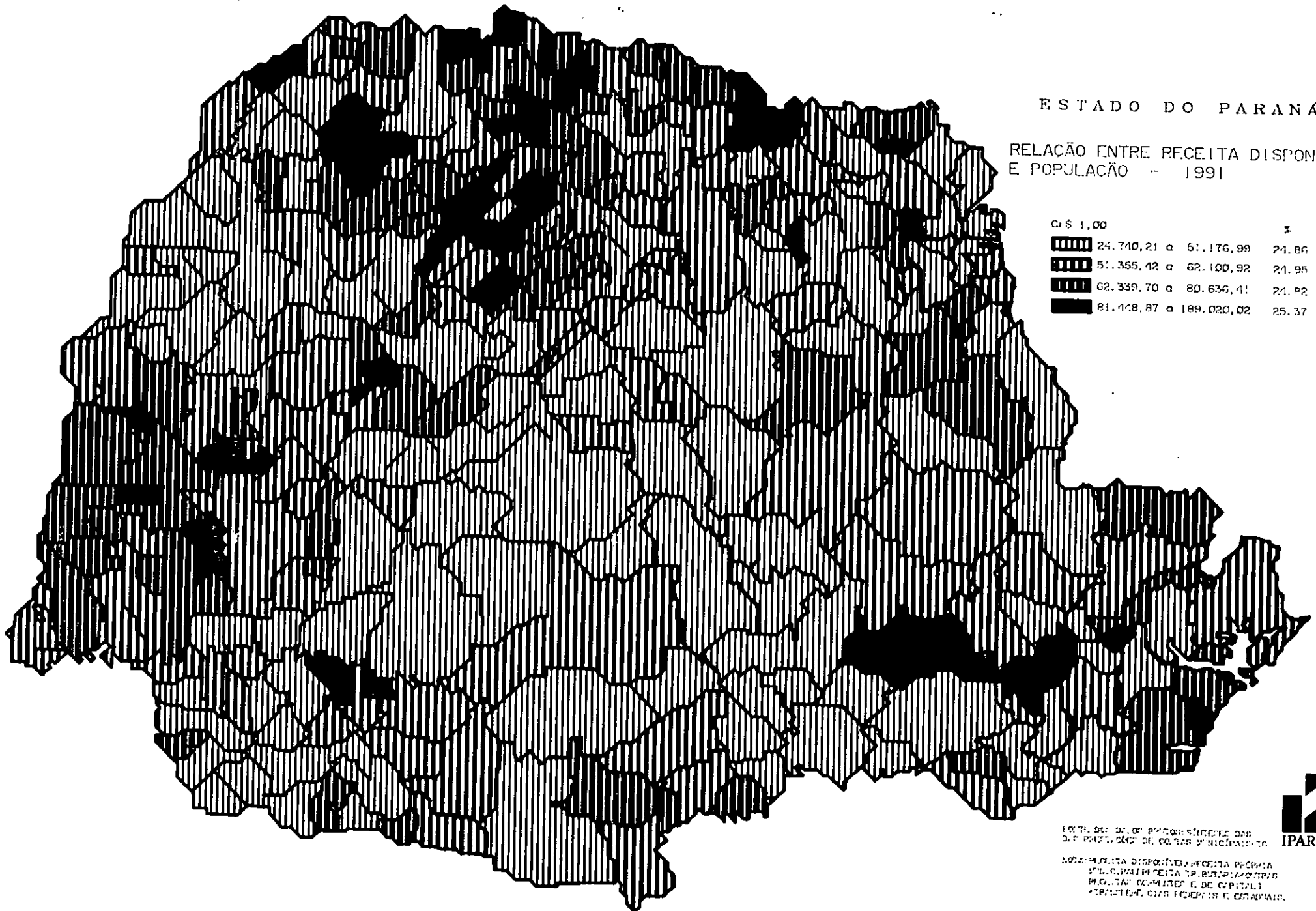
- NOTAS: 1 DADOS EXTRAÍDOS DA BASE PÚBLICA DO ESTADO (BPEE).
 2 RECEITA DE IMPOSTOS: RECEITA PRÓPRIA DE IMPOSTOS: IMPOSTOS E LICENÇAS CORRENTES E DE CAPITAL DE IMPOSTOS.
 3 DESPESAS COM EDUCAÇÃO: DESPESAS COM A EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA.
 4 VALORES ABSOLUTOS EM C\$ 1,00.



BASE CARTOGRAFICA: 1978-1990

ESTADO DO PARANÁ

RELAÇÃO ENTRE RECEITA DISPONÍVEL
E POPULAÇÃO - 1991



Cr \$ 1,00		%
▨▨▨▨▨	24.740,21 a 51.176,99	24,86
▨▨▨▨	51.355,42 a 62.100,92	24,95
▨▨▨	62.339,70 a 80.636,41	24,82
▨	81.408,87 a 189.020,02	25,37

EXTRA DO ORÇ. FUNDACIONES DAS
DIR. MUNICÍPIOS DO COLETO PRINCIPAL-90



NOTA: RECEITA DISPONÍVEL: RECEITA PRÓPRIA
MUNICÍPIOS: RECEITA TRIBUTÁRIA (IMPOSTOS
MUNICÍPIOS, CONTRIBUIÇÕES E DE CAPITAL)
PERMANENTE, CARGOS FUNDOS E ESTADUAIS.

3 ANÁLISE DOS INDICADORES

Para uma melhor compreensão de como os municípios têm assumido seus compromissos com a educação, foi selecionada uma amostra de 87 municípios, classificados em cinco grupos homogêneos⁷, definidos segundo critérios econômicos e financeiros – correspondentes ao porte econômico e financeiro do setor público municipal. O ponto de partida foi a análise de indicadores educacionais, assim denominados por estarem relacionados a gastos com programas vinculados à educação.

O principal indicador educacional – Gastos com Educação/Receita de Impostos – é composto a partir dos gastos efetuados com a Função Educação e Cultura, excluídos os programas Educação Física e Desportos, Cultura e Turismo; o resultado é uma relação entre os gastos em educação, em seus diversos níveis e especialidades, e a receita municipal de impostos.

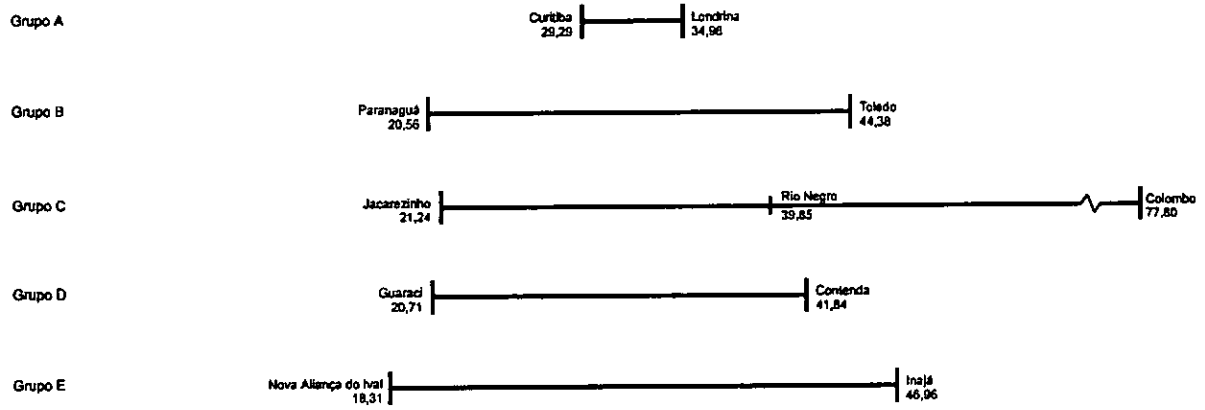
Um segundo indicador educacional – Gastos com Ensino Fundamental/ Receita de Impostos – foi considerado na hipótese de que, tendo o ensino fundamental prioridade sobre os demais, deveria ser contemplado com o mínimo constitucional de 25% da receita de impostos. Compõem este indicador as despesas com o programa Educação Fundamental e com aqueles que de alguma forma a ele se relacionam, como as despesas com os programas Assistência ao Educando, Assistência e Previdência e Administração.

Da análise dos indicadores Gastos com Educação/Receita de Impostos e Gastos com Educação Fundamental/Receita de Impostos, tem-se que o cumprimento ou não do patamar mínimo de gastos exigido pelo artigo 212 da Constituição Federal de 1988 não depende do agrupamento a que pertence cada município, ou seja,

⁷ Os grupos serão denominados nesta parte do estudo de A, B, C, D, E, diferentemente do apresentado na metodologia da amostra (grupos 1 a 5), para facilitar a leitura segundo a hierarquia dos mesmos; assim, é a seguinte a correspondência: os grupos A, B, C, D e E correspondem respectivamente aos grupos 4, 1, 2, 5 e 3.

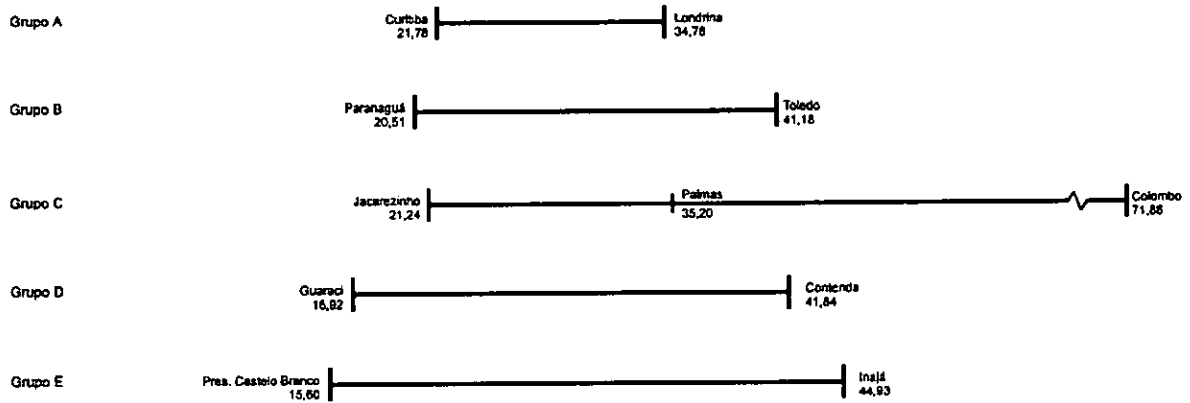
qualquer dos cinco grupos abriga tanto municípios que não cumprem o patamar dos 25% como os que o ultrapassam, e alguns de maneira significativa (figuras 1 e 2 e tabela 3).

FIGURA 1 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS EM EDUCAÇÃO E RECEITA DE IMPOSTOS (%)



FONTE: IPARDES

FIGURA 2 - RELAÇÃO ENTRE OS GASTOS EM ENSINO FUNDAMENTAL E A RECEITA DE IMPOSTOS (%)



FONTE: IPARDES

TABELA 3 - INDICADORES EDUCACIONAIS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	GASTOS COM EDUCAÇÃO ⁽¹⁾ / RECEITA DE IMPOSTOS ⁽²⁾ (%)	GASTOS COM ENSINO FUNDAM./ REC. DE IMPOSTOS ⁽³⁾ (%)	MUNICÍPIO	GASTOS COM EDUCAÇÃO ⁽¹⁾ / RECEITA DE IMPOSTOS ⁽²⁾ (%)	GASTOS COM ENSINO FUNDAM./ REC. DE IMPOSTOS ⁽³⁾ (%)
GRUPO A			Carlópolis	33,78	33,65
Curitiba	29,29	23,53	Catanduvas	33,67	33,67
Londrina	34,96	34,78	Chopinzinho	30,71	30,71
Maringá	32,33	21,78	Contenda	41,84	41,84
GRUPO B			Coronel Vivida	34,88	34,88
Apucarana	25,51	25,47	Formosa do Oeste	25,72	25,64
Arapongas	28,90	27,98	Guaraci	20,71	16,92
Araucária	26,56	26,35	Imbituva	29,20	29,20
Campo Largo	36,64	33,18	Jaguapitã	24,44	23,34
Campo Mourão	32,08	29,85	Jardim Alegre	39,82	37,68
Cascavel	30,17	28,71	Joaquim Távora	26,59	25,57
Castro	38,85	38,34	Mallet	33,94	33,94
Cornélio Procopio	24,76	21,29	Morretes	26,88	26,57
Foz do Iguaçu	27,67	26,06	Nova Aurora	28,37	28,21
Guarapuava	25,10	25,00	Nova Fátima	28,07	28,07
Mal. Cândido Rondon	30,20	28,23	Paçandu	34,31	32,45
Paranaguá	20,56	20,51	Pinhão	26,28	25,84
Paranavaí	27,67	27,67	Porecatu	22,25	22,24
Pato Branco	38,83	36,39	Prudentópolis	31,81	31,55
Ponta Grossa	35,93	30,40	Querência do Norte	26,47	26,47
São José dos Pinhais	33,37	33,37	Ribeirão do Pinhal	43,87	38,69
Telêmaco Borba	26,54	25,54	S. Cruz do Monte Castelo	29,79	28,39
Toledo	44,38	41,18	Santa Isabel do Ivaí	27,41	26,57
Umuarama	30,56	29,65	São Pedro do Ivaí	28,04	26,13
GRUPO C			Terra Boa	37,22	37,22
Assaí	22,61	22,54	Terra Roxa	28,22	28,22
Astorga	28,54	28,52	GRUPO E		
Bandeirantes	32,40	31,75	Boa Esperança	32,52	32,31
Cambé	31,55	23,41	Cantagalo	32,97	31,55
Colombo	77,80	71,86	Cerro Azul	26,03	23,03
Corbélia	33,37	33,37	Inácio Martins	23,66	23,66
Francisco Beltrão	26,00	25,51	Inajá	46,96	44,93
Guaira	23,77	23,03	Itaguajé	22,17	22,17
Irati	29,32	28,90	Lunardelli	32,79	32,69
Ivaiporã	28,76	27,29	Mariluz	33,19	33,08
Jacarezinho	21,24	21,24	Nossa Sra. das Graças	27,39	27,39
Jandaia do Sul	28,59	24,42	Nova Aliança do Ivaí	18,31	18,31
Laranjeiras do Sul	28,07	27,95	Nova Prata do Iguaçu	26,01	26,01
Mandaguari	38,99	27,94	Paula Freitas	27,30	27,30
Palmas	39,40	35,20	Pres. Castelo Branco	22,83	15,60
Rio Negro	39,85	33,23	Rebouças	32,01	32,01
São Mateus do Sul	31,40	31,40	Sabáudia	22,08	19,15
GRUPO D			Santa Izabel do Oeste	27,39	26,34
Barbosa Ferraz	30,97	30,97	Santo Inácio	27,60	27,60
Campina da Lagoa	32,00	32,00	São Tomé	30,48	29,86
Cap. Leônidas Marques	34,43	34,43	Sapopema	26,24	26,24

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados extraídos da Base Pública do Estado (BPUB).

(1) Gastos com a Função Educação e Cultura, excluídos os programas Educação Física e Desportos, Cultura e Turismo.

(2) Receita de Impostos = Receita Própria de Impostos + Transferências Correntes e de Capital de Impostos.

(3) Gastos com o Programa Educação Fundamental, incluindo Assistência ao Educando, Assistência e Previdência e Administração.

Com relação aos Gastos com Educação/Receita de Impostos, o único grupo que não possui nenhum município com indicador abaixo de 25% é o grupo A, o qual deve ser considerado sob uma perspectiva diferente, tendo em vista suas características. Dele fazem parte Curitiba, Londrina e Maringá, que são os maiores municípios em população e apresentam as melhores condições econômicas e financeiras em relação aos demais. Os grupos D e E são, no total da amostra, os que apresentam os dois menores índices de despesas em educação em relação às receitas de impostos – 20,7% e 18,3%, respectivamente. Os maiores índices de gastos encontram-se no grupo E (46,9%) e no grupo B (44,3%) – não é considerado o caso de Colombo (grupo C), bastante atípico, por apresentar um gasto equivalente a 77,8% das receitas de impostos.

Considerando-se o indicador Gastos com Ensino Fundamental/Receita de Impostos, observa-se que poucas foram poucas as alterações significativas em relação ao indicador anterior. Dos municípios que apresentam o indicador Gastos com Educação/Receita de Impostos superior a 25%, apenas Curitiba e Londrina, do grupo A, e Cambé e Jandaia do Sul, do grupo B, não conseguem atingi-lo quando se trata unicamente dos gastos com ensino fundamental.

Os grupos D e E abrigam municípios cujos gastos em ensino fundamental apresentam tanto os dois menores índices de gastos, no conjunto total da amostra, 16,9% e 15,6%, respectivamente, como os maiores, 41,8% e 44,9%. A exceção mais uma vez fica por conta de Colombo, cujos gastos em educação fundamental permanecem acima dos 70% da receita de impostos.

Na busca de uma explicação do nível de gastos, procurou-se estabelecer relações tanto entre o indicador Gastos com Educação/Receita de Impostos quanto com o de Gastos com Ensino Fundamental/Receita de Impostos e alguns indicadores financeiros, tais como: grau de dependência, esforço tributário, disponibilidade de receita, capacidade de financiamento dos gastos correntes e nível de investimentos.⁸

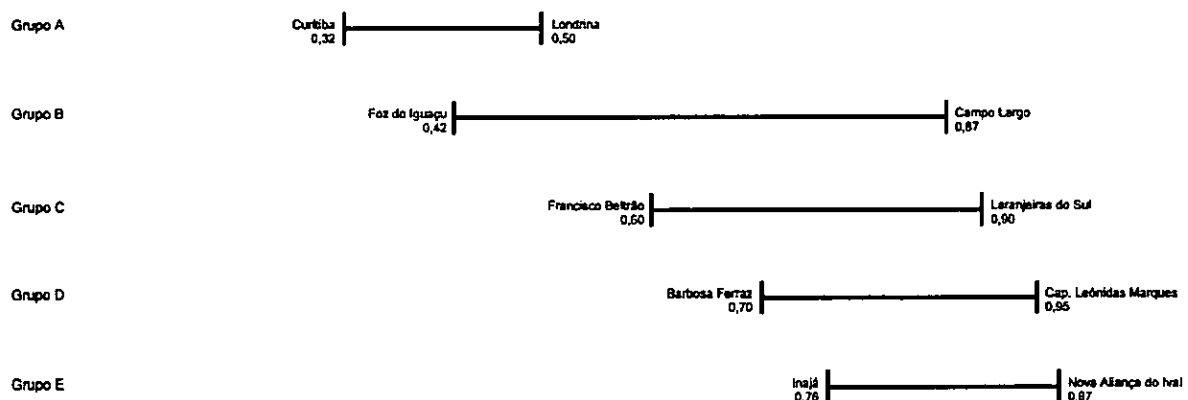
⁸ Uma análise dos parâmetros estatísticos obtidos para o conjunto de indicadores aqui analisados encontra-se no Anexo 2 – Comportamento Estatístico das Variáveis em Estudo.

O indicador de dependência vem a ser uma forma simplificada de mensurar o nível de dependência dos municípios em relação aos recursos provenientes de fontes externas, sejam eles transferências recebidas do governo federal ou do estadual. O indicador relaciona o total das receitas transferidas com a receita total do município, assim, quanto maior a parcela de transferências, maior o valor resultante e, conseqüentemente, maior o grau de dependência do município quanto aos recursos externos.

A análise do indicador para os cinco grupos revela uma diferenciação, já dada pela própria hierarquia dos grupos, ou seja, pelo padrão econômico e pelo grau de urbanização dos municípios que compõem os grupos (tabela 4). Portanto, quanto mais industrializado e urbanizado o município, menor tende a ser sua dependência com relação aos recursos de fontes externas (figura 3). A maior dependência financeira verificada nos municípios que fazem parte dos grupos C, D e E é um indício da precária autonomia financeira e administrativa, sugerindo, ainda, um reduzido incentivo ao aumento na arrecadação de tributos municipais.

Embora a magnitude dos problemas urbanos em geral supere as possibilidades de os municípios arcarem sozinhos com o financiamento de programas voltados ao seu equacionamento, é freqüente observar um baixo esforço próprio de arrecadação de impostos municipais. Isto pode ser explicado pela reduzida participação desses tributos no total das receitas e pelas dificuldades políticas e administrativas para uma eficiente arrecadação de competência dos municípios.

FIGURA 3 - RELAÇÃO ENTRE TRANSFERÊNCIA TOTAL E RECEITA TOTAL (%)



FONTE: IPARDES

TABELA 4 - POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

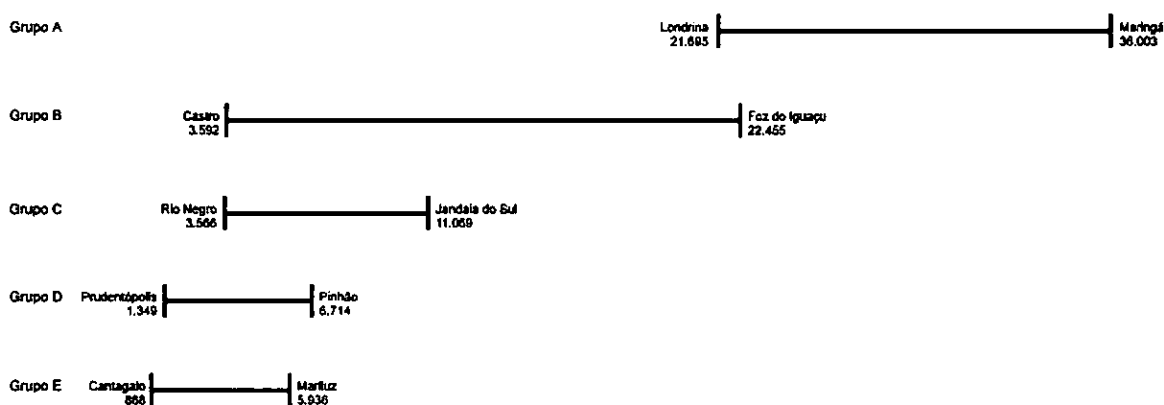
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO
GRUPO A			Carlópolis	12 341	52,70
Curitiba	1 313 094	100,00	Catanduvas	9 802	37,80
Londrina	389 959	94,00	Chopinzinho	24 598	33,70
Maringá	240 135	97,40	Contenda	8 928	53,90
GRUPO B			Coronel Vivida	25 140	49,10
Apucarana	94 914	90,50	Formosa do Oeste	15 143	47,40
Arapongas	64 531	93,00	Guaraci	5 548	73,10
Araucária	61 767	87,50	Imbituva	25 600	30,70
Campo Largo	72 347	74,30	Jardim Alegre	20 437	42,00
Campo Mourão	82 280	87,90	Joaquim Távora	9 876	63,70
Cascavel	192 884	92,10	Mallet	11 806	46,90
Castro	63 946	61,10	Morretes	13 117	47,20
Cornélio Procopio	46 622	85,80	Nova Aurora	15 486	54,00
Foz do Iguaçu	190 115	98,10	Nova Fátima	8 366	71,30
Guarapuava	159 692	72,70	Paiçandu	22 212	94,60
Marechal Cândido Rondon	49 341	53,60	Pinhão	34 142	31,10
Paranaguá	107 601	87,90	Porecatu	17 103	69,90
Paranavaí	71 173	90,60	Prudentópolis	47 020	24,20
Pato Branco	55 667	78,00	Querência do Norte	10 356	65,70
Ponta Grossa	233 857	94,70	Ribeirão do Pinhal	13 856	63,30
São José dos Pinhais	128 170	87,30	Santa Cruz do Monte Castelo	10 213	61,20
Telêmaco Borba	64 854	84,10	Santa Izabel do Ivaí	12 84	54,70
Toledo	94 857	76,30	São Pedro do Ivaí	9 327	73,50
Umuarama	100 185	77,30	Terra Boa	14 244	63,50
GRUPO C			Terra Roxa	19 806	59,60
Assaí	20 292	63,80	GRUPO E		
Astorga	22 432	82,50	Boa Esperança	6 945	37,90
Bandeirantes	34 232	71,10	Cartagalo	25 468	22,30
Cambé	73 803	90,50	Cerro Azul	20 990	17,00
Colombo	117 658	93,60	Inácio Martins	13 757	18,30
Corbélia	22 803	61,10	Inajá	2 642	76,70
Francisco Beltrão	61 259	74,50	Itaguajé	5 054	68,70
Guaira	29 971	75,90	Jaguapitã	10 613	70,40
Irati	47 755	65,30	Lunardelli	7 524	38,00
Ivaiporã	45 572	61,30	Mariluz	11 051	75,30
Jacarezinho	40 873	73,70	Nossa Senhora das Graças	3 481	63,80
Jandaia do Sul	18 571	82,60	Nova Aliança do Ivaí	1 206	63,50
Laranjeiras do Sul	54 102	40,70	Nova Prata do Iguaçu	11 599	35,90
Mandaguari	28 084	75,70	Paula Freitas	4 654	31,60
Palmas	35 233	70,60	Presidente Castelo Branco	3 634	60,20
Rio Negro	26 313	76,70	Rebouças	12 914	41,70
São Mateus do Sul	33 124	48,10	Sabáudia	5 294	56,30
GRUPO D			Santa Izabel do Oeste	12 502	37,10
Barbosa Ferraz	18 366	59,10	Santo Inácio	5 514	73,20
Campina da Lagoa	20 498	61,80	São Tomé	5 117	50,30
Capitão Leônidas Marques	17 825	43,60	Sapopema	7 088	40,30

FONTE: IPARDES

O indicador que melhor espelha essas suposições é o de esforço tributário, que fornece uma medida aproximada do esforço próprio de arrecadação. Este indicador é obtido calculando-se a receita de tributos municipais por contribuinte, isto é, verificando-se o quanto cada habitante recolhe ao Tesouro do município sob a forma de pagamento de impostos municipais.

Observando-se a figura 4, identifica-se a existência de patamares com alguma diferenciação em função do tamanho da população dos municípios e de seu grau de industrialização. Assim, enquanto no grupo A (Curitiba, Londrina e Maringá) o esforço tributário *per capita* situa-se na faixa de Cr\$ 21.695,00 a Cr\$ 36.003,00⁹, nos demais grupos os patamares vão se reduzindo em função de suas características e hierarquia com relação aos demais.

FIGURA 4 - ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO (CR\$ 1,00)



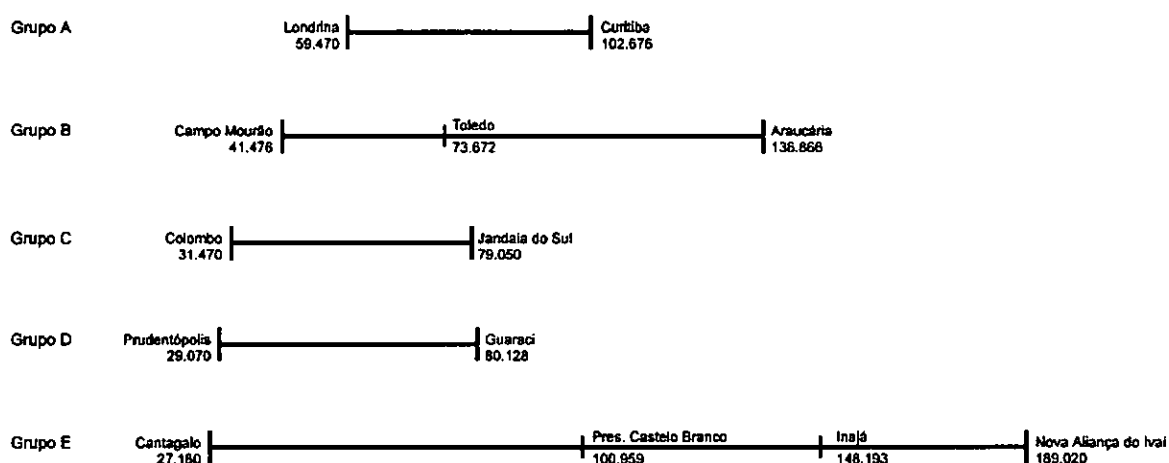
FONTE: IPARDES

⁹ Valor monetário de 1991.

O indicador de receita disponível por habitante determina a disponibilidade financeira de cada município em relação a seus habitantes, ou seja, é a receita total, excluídas as operações de crédito, dividida pela população do município.

Excluídos o grupo A e também aqueles municípios cujo indicador é bastante diferenciado do restante do grupo ao qual pertencem, pode-se dizer que os extremos inferiores e superiores de cada grupo se distinguem em relação aos demais à medida que vai se avançando na hierarquia. Tem-se, então, que o grupo E apresenta uma situação menos favorável, assim como nos demais indicadores econômicos e financeiros (inclusive apresentando as menores taxas de urbanização do Estado), e o grupo B, uma situação mais favorável (figura 5).

FIGURA 5 - RECEITA DISPONÍVEL PER CAPITA (Cr\$ 1,00)



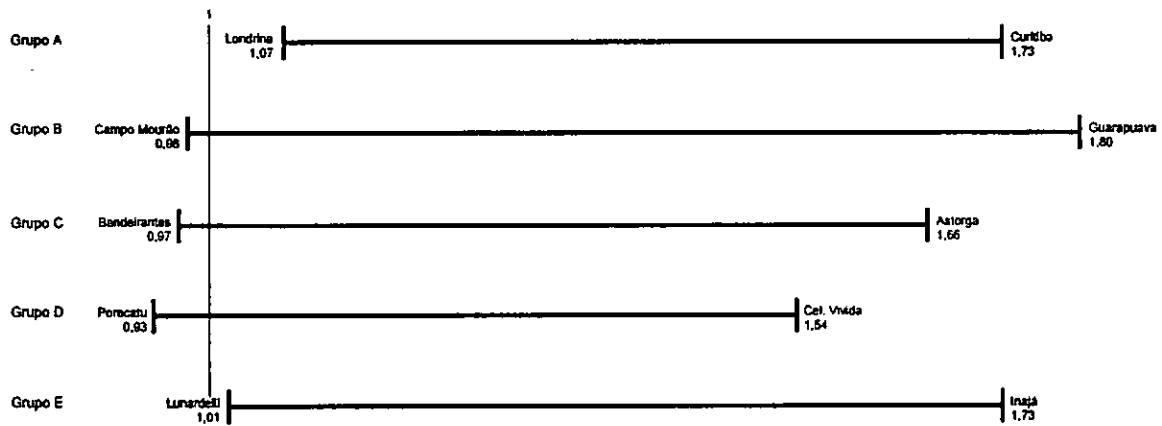
FONTE: IPARDES

Os municípios de Araucária, Inajá e Nova Aliança do Ivaí apresentam receita disponível bastante diferenciada em relação ao restante dos municípios de seus respectivos grupos. O caso de Araucária justifica-se por sua condição de município-sede de uma refinaria de petróleo que, pelo seu porte, carrega para o município recursos de transferência do ICMS proporcionalmente superiores aos demais municípios de seu grupo. Por sua vez, Inajá e Nova Aliança do Ivaí alcançam um índice elevado de receita disponível *per capita*, principalmente em função do pequeno tamanho de suas populações, o que lhes proporciona um nível de transferências federais elevado e, conseqüentemente, eleva o montante final de suas receitas.

O indicador de capacidade de financiamento dos gastos correntes mostra a relação existente entre o total de receita disponível do município e o total de suas despesas correntes, ou seja, determina a existência ou não de uma "folga financeira" que lhes possibilite fazer investimentos. Portanto, um índice maior do que 1 indica que o município dispõe de recursos para investimentos e, quanto mais distante de 1 estiver, maiores são as possibilidades de não ter que recorrer a empréstimos; sendo menor que 1 significa que o município sequer tem capacidade para arcar com as despesas correntes sem que seja preciso recorrer a empréstimos.

Em relação a este indicador, não se verificou disparidade entre os cinco grupos analisados, isto é, os índices obtidos para cada grupo se aproximam tanto em seus valores máximos como mínimos (figura 6). O maior índice observado foi em Guarapuava, do grupo B (1,80), o que significa que para cada unidade monetária aplicada em despesas correntes o município ainda dispõe de mais 0,80 unidades para fazer frente às demais despesas. Seguem-se a ele Curitiba, do grupo A, e Inajá, do grupo E, com índices iguais a 1,73. O menor índice refere-se a Porecatu, do grupo D (0,93), o que indica que as receitas próprias mais as de transferência do município são suficientes para cobrir apenas 93% do total de suas despesas correntes, tendo o restante que ser financiado através de empréstimos. Esta é também a situação em que se encontram Campo Mourão, do grupo B, e Santa Isabel do Ivaí, do grupo D, que apresentam índice de 0,98%, e Bandeirantes, do grupo C, e Jardim Alegre, do grupo D, com índice de 0,97.

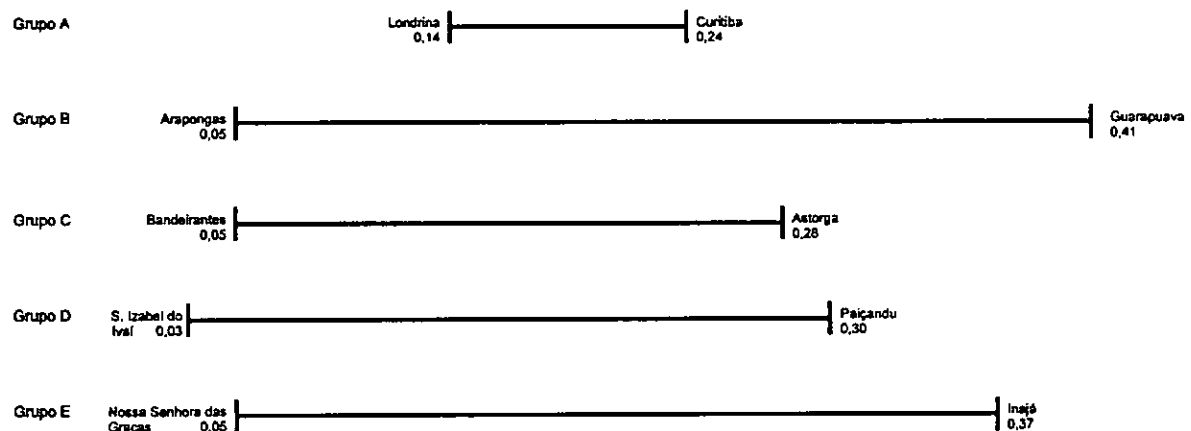
FIGURA 6 - CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES (%)



FONTE: IPARDES

Um último indicador financeiro, nível de investimentos, é obtido a partir da relação entre os gastos realizados com investimentos e a despesa total do município; quanto maior for o valor obtido maiores serão os investimentos realizados. Mais uma vez percebe-se que os índices obtidos pelos municípios não dependem, necessariamente, das características de cada grupo (figura 7). Para os grupos B, C, D e E o índice mínimo de investimento realizado foi de 0,03 e 0,05, enquanto o máximo variou de 0,28 a 0,41; no grupo A os limites de investimento variaram entre um mínimo de 0,14 e um máximo de 0,24. O limite mínimo de 0,03, ou seja, apenas 3% do total das despesas destinadas a investimentos, foi encontrado no município de Santa Isabel do Ivaí, enquanto o limite máximo de 0,41 pertence a Guarapuava.

FIGURA 7 - RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO E DESPESA TOTAL (%)



FONTE: IPARDES

Tanto o indicador de capacidade de financiamento dos gastos correntes quanto o de nível de investimentos guardam uma interdependência entre si, qual seja, em quase todos aqueles municípios que apresentam uma baixa capacidade de arcar com suas despesas correntes, observa-se que o nível de investimentos também é bastante pequeno, ocorrendo o inverso com aqueles que apresentam maior capacidade de financiar seus gastos correntes, os quais classificam-se entre os que apresentam uma participação maior de investimentos no total de suas receitas.

A tentativa de encontrar algum grau de interdependência entre o nível de gastos em educação e os indicadores relacionados às finanças públicas municipais selecionados para este trabalho conduziu às mesmas conclusões obtidas quando da análise traçada para o conjunto dos municípios do Estado, ou seja, guardam pouca ou nenhuma interdependência entre si, como pode ser observado na tabela 5.

Tomando-se como exemplo o município de Nova Aliança do Ivaí, do grupo E, observa-se que sendo detentor da maior receita disponível *per capita* Cr\$ 189.020,00 apresenta a menor participação de gastos com educação em relação à receita de impostos (18,3%) e a segunda menor em ensino fundamental – os mesmos 18,3%.

O município de Cantagalo é um caso a ser destacado por apresentar seus principais indicadores financeiros nos limites inferiores, não só em relação ao grupo a que pertence (E), como também em relação a todos os municípios da amostra, mas que, no entanto, possui um nível de gastos, tanto no que se refere a gastos com educação como com ensino fundamental, superior a 30% em relação à sua receita de impostos.

Da comparação entre os indicadores de educação e os financeiros, fica efetivamente claro que uma significativa parte dos municípios que possuem as menores receitas disponíveis *per capita* parece fazer um esforço maior do que aqueles com maiores receitas disponíveis *per capita* para cumprir a determinação constitucional acerca do nível mínimo de gastos municipais em educação. Em outras palavras, para aqueles municípios com menor disponibilidade de recursos, a prioridade para educação acaba representando um impacto maior sobre seus gastos.

TABELA 5 - INDICADORES FINANCEIROS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS /RECEITA TOTAL	ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO (Cr\$ 1,00)	RECEITA DISPONÍVEL/ POPULAÇÃO (Cr\$ 1,00)	CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES	INVESTIMENTO/ DESPESA TOTAL
GRUPO A					
Curitiba	0,32	30 623	102 676	1,73	0,24
Londrina	0,50	21 695	59 470	1,07	0,14
Maringá	0,42	36 003	81 723	1,19	0,19
GRUPO B					
Apucarana	0,72	10 901	50 082	1,19	0,14
Arapongas	0,63	12 061	55 283	1,26	0,05
Araucária	0,82	15 811	136 866	1,29	0,18
Campo Largo	0,87	5 512	60 668	1,26	0,23
Campo Mourão	0,70	6 826	41 476	0,98	0,13
Cascavel	0,44	15 409	53 756	1,31	0,29
Castro	0,81	3 592	54 141	1,21	0,15
Cornélio Procopio	0,80	8 333	60 417	1,25	0,22
Foz do Iguaçu	0,42	22 455	59 241	1,31	0,22
Guarapuava	0,59	8 586	60 077	1,80	0,41
Marechal Cândido Rondon	0,78	9 980	65 864	1,24	0,19
Paranaguá	0,75	15 889	62 767	1,29	0,25
Paranavaí	0,58	8 634	50 590	1,39	0,31
Pato Branco	0,70	11 110	48 680	1,26	0,25
Ponta Grossa	0,66	11 651	58 568	1,35	0,27
São José dos Pinhais	0,63	12 471	54 805	1,58	0,31
Telêmaco Borba	0,80	8 208	63 519	1,47	0,30
Toledo	0,68	9 099	73 672	1,35	0,27
Umuarama	0,61	11 269	43 295	1,20	0,20
GRUPO C					
Assaí	0,77	5 104	63 774	1,21	0,25
Astorga	0,83	5 503	73 464	1,66	0,28
Bandeirantes	0,85	5 127	48 574	0,97	0,05
Cambé	0,69	8 961	41 001	1,20	0,19
Colombo	0,76	5 112	31 470	1,29	0,24
Corbélia	0,74	4 451	58 266	1,40	0,24
Francisco Beltrão	0,60	8 773	48 192	1,25	0,25
Guaira	0,76	7 553	59 914	1,21	0,17
Irati	0,79	4 269	36 990	1,04	0,15
Ivaiporã	0,81	4 353	33 814	1,12	0,26
Jacarezinho	0,80	3 784	37 680	1,23	0,07
Jandaia do Sul	0,69	11 069	79 050	1,28	0,12
Laranjeiras do Sul	0,90	3 190	37 167	1,26	0,21
Mandaguari	0,79	5 746	53 918	1,33	0,27
Palmas	0,77	8 997	47 234	1,22	0,12
Rio Negro	0,87	3 566	58 051	1,17	0,08
São Mateus do Sul	0,75	7 223	40 154	1,20	0,11
GRUPO D					
Barbosa Ferraz	0,70	2 669	48 005	1,16	0,09
Campina da Lagoa	0,85	3 735	45 636	1,24	0,15
Capitão Leônidas Marques	0,95	1 476	50 964	1,20	0,15
Carlópolis	0,80	2 109	50 712	1,27	0,13
Catanduvas	0,82	1 409	56 991	1,17	0,19
Chopinzinho	0,85	2 025	53 770	1,36	0,22

continua

TABELA 5 - INDICADORES FINANCEIROS PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

MUNICÍPIO	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS /RECEITA TOTAL	ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO (Cr\$ 1,00)	RECEITA DISPONÍVEL POPULAÇÃO (Cr\$ 1,00)	CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES	conclusão
					INVESTIMENTO/ DESPESA TOTAL
Contenda	0,87	4 905	60 932	1,03	0,17
Coronel Vivida	0,71	5 628	51 482	1,54	0,25
Formosa do Oeste	0,84	1 555	45 813	1,02	0,15
Guaraci	0,86	3 866	80 128	1,20	0,15
Imbituva	0,83	1 968	34 537	1,30	0,18
Jaguapitã	0,88	3 555	48 291	1,11	0,07
Jardim Alegre	0,92	2 066	41 410	0,97	0,18
Joaquim Távora	0,89	2 325	36 935	1,14	0,10
Mallet	0,91	1 821	42 314	1,25	0,19
Morretes	0,92	2 558	42 278	1,13	0,12
Nova Aurora	0,87	3 541	61 411	1,16	0,11
Nova Fátima	0,89	1 835	52 068	1,08	0,07
Paiçandu	0,78	6 177	39 448	1,33	0,30
Pinhão	0,75	6 714	49 540	1,44	0,26
Porecatu	0,92	3 752	71 125	0,93	0,06
Prudentópolis	0,92	1 349	29 070	1,26	0,19
Querência do Norte	0,94	2 042	59 612	1,15	0,07
Ribeirão do Pinhal	0,88	2 065	45 881	1,11	0,06
Santa Cruz do Monte Castelo	0,89	3 666	36 828	1,05	0,05
Santa Isabel do Ivaí	0,95	1 998	46 912	0,98	0,03
São Pedro do Ivaí	0,94	2 400	64 450	1,19	0,14
Terra Boa	0,82	3 028	56 752	1,17	0,04
Terra Roxa	0,90	2 552	55 062	1,29	0,24
GRUPO E					
Boa Esperança	0,91	2 076	91 648	1,13	0,18
Cantagalo	0,95	868	27 180	1,23	0,20
Cerro Azul	0,94	1 692	34 925	1,36	0,24
Inácio Martins	0,89	2 205	33 151	1,14	0,08
Inajá	0,76	5 052	148 193	1,73	0,37
Itaguajé	0,90	3 922	60 593	1,23	0,16
Lunardelli	0,91	2 942	56 944	1,01	0,17
Mariluz	0,77	5 936	52 806	1,09	0,06
Nossa Senhora das Graças	0,96	978	87 671	1,07	0,05
Nova Aliança do Ivaí	0,97	2 017	189 020	1,03	0,06
Nova Prata do Iguaçu	0,90	2 651	53 302	1,01	0,10
Paula Freitas	0,96	1 151	62 780	1,16	0,10
Presidente Castelo Branco	0,89	1 708	100 959	1,35	0,23
Rebouças	0,88	2 102	39 886	1,26	0,19
Sabáudia	0,95	2 629	70 077	1,36	0,21
Santa Izabel do Oeste	0,93	1 723	51 808	1,15	0,15
Santo Inácio	0,90	4 769	66 559	1,18	0,14
São Tomé	0,90	1 768	78 147	1,13	0,24
Sapopema	0,91	1 425	54 021	1,27	0,15

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados extraídos da Base Pública do Estado (BPUB).

Finalizando, foram acrescentados à análise dois indicadores que servem de medida das atividades de educação realizadas pelos municípios: os Gastos com Pessoal/Matrículas e a Taxa de Escolarização para a faixa etária de 5 a 12 anos. Estes indicadores, na verdade, servem para demonstrar que a análise dos gastos com educação elaborada, apenas com base nas informações contábeis dos balanços municipais, realizada pelo Tribunal de Contas, não é suficiente para diagnosticar se os recursos públicos estão sendo aplicados de forma correta. Em outras palavras, o Tribunal julga somente se os municípios cumprem a determinação constitucional de aplicar 25% de suas receitas de impostos em programas de educação, mas não examina, baseado em indicadores não contábeis, de que forma estão sendo aplicados estes recursos.

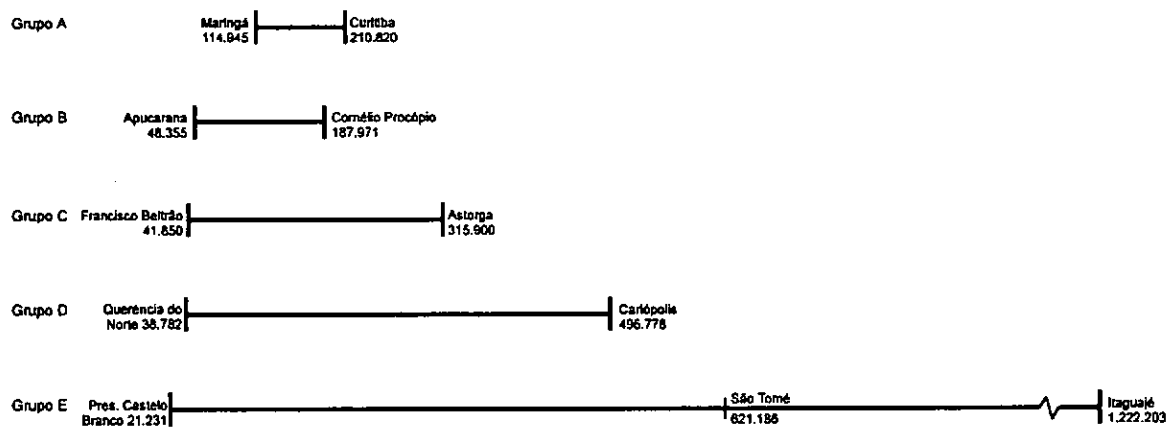
No que se refere especificamente ao indicador que relaciona gastos com pessoal e matrículas, pode-se verificar que existem distorções significativas quanto ao nível de gastos entre os municípios da amostra e mesmo dentro de cada grupo (figura 8 e tabela 6). Esta situação fica bastante clara quando se compara a situação dos municípios de Itaguajé e de Presidente Castelo Branco, ambos do grupo E: o primeiro apresenta o maior gasto com pessoal/matricula de toda a amostra (Cr\$ 1.222.203,00) e o segundo, a situação exatamente inversa (Cr\$ 21.231,00). Não há, na verdade, um parâmetro que explique estas duas situações e as demais diferenças encontradas, ou seja, não existe qualquer tipo de vinculação com qualquer indicador, seja ele educacional ou financeiro, e tampouco com o tamanho de suas populações. No entanto, é interessante notar que, à exceção do grupo A, os patamares de gastos ampliam-se na medida inversa da hierarquia estabelecida para os grupos. Assim, tem-se para o grupo B um patamar de gastos variando entre Cr\$ 48.355,00 e Cr\$ 187.791,00 e, para o grupo E, um patamar que inicia com Cr\$ 21.231,00 e alcança Cr\$ 1.222.203,00.

Partindo-se então do entendimento de que a relação Gastos com Pessoal/Matrícula dá uma idéia da despesa média realizada com pessoal, face ao atendimento das atividades de educação, as enormes distorções evidenciadas pelo indicador levam a supor que para comprovar que o município aplica corretamente 25%

de sua receita de impostos em programas de educação, estão sendo consideradas outras despesas com pessoal não vinculadas a esta atividade.

Fica claro, portanto, que mais do que a simples verificação do cumprimento do preceito constitucional faz-se necessária uma investigação mais detalhada das causas que evidenciaram distorções tão significativas entre os gastos com pessoal/matrículas entre os municípios analisados.

FIGURA 8 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PESSOAL E MATRÍCULA (Cr\$ 1,00)



FONTE: IPARDES

TABELA 6 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PESSOAL E MATRÍCULAS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ -1991

MUNICÍPIO	GASTOS COM PESSOAL (Cr\$ 1,00)	MATRÍCULA	GASTOS COM PESSOAL/MATRÍCULAS (Cr\$ 1,00)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 5 A 12 ANOS (%)
GRUPO A				
Curitiba	12 657 855 644	60 041	210 820	96
Londrina	5 103 934 582	25 605	199 334	86
Maringá	1 279 340 690	11 130	114 945	102
GRUPO B				
Apucarana	575 812 017	11 908	48 355	90
Arapongas	325 822 087	2 036	160 030	100
Araucária	1 413 580 623	10 608	133 256	82
Campo Largo	762 210 000	11 194	68 091	97
Campo Mourão	578 733 601	5 318	108 825	93
Cascavel	1 295 337 859	18 289	70 826	87
Castro	693 959 297	4 474	155 109	87
Cornélio Procopio	417 859 851	2 223	187 971	91
Foz do Iguaçu	1 701 181 700	18 142	93 770	81
Guarapuava	795 886 882	15 396	51 694	78
Marechal Cândido Rondon	413 050 134	5 283	78 185	95
Paranaguá	818 714 836	9 287	88 157	84
Paranavaí	414 820 445	2 455	168 970	100
Pato Branco	371 763 731	2 652	140 182	89
Ponta Grossa	2 014 929 078	17 396	115 827	90
São José dos Pinhais	1 104 752 830	16 908	65 339	88
Telêmaco Borba	526 510 827	7 605	69 232	96
Toledo	959 165 819	10 819	88 656	93
Umuarama	737 862 500	5 537	133 260	90
GRUPO C				
Assaí	102 901 121	845	121 776	94
Astorga	194 278 597	615	315 900	105
Bandeirantes	467 381 962	2 278	205 172	93
Cambé	430 847 196	6 196	69 536	98
Colombo	998 215 734	15 750	63 379	78
Corbélia	181 400 488	1 344	134 971	93
Francisco Beltrão	399 749 595	9 552	41 850	89
Guaira	231 438 443	2 069	111 860	99
Iratí	307 746 648	1 807	170 308	88
Ivaiporã	241 462 930	3 686	65 508	85
Jacarezinho	155 770 277	1 018	153 016	95
Jandaia do Sul	139 807 686	832	168 038	106
Laranjeiras do Sul	331 724 571	6 189	53 599	79
Mandaguari	215 356 994	3 257	66 121	100
Palmas	323 245 383	6 588	49 066	81
Rio Negro	385 504 902	3 041	126 769	84
São Mateus do Sul	204 315 087	4 156	49 161	84
GRUPO D				
Barbosa Ferraz	124 733 982	949	131 437	96
Campina da Lagoa	144 212 703	1 851	77 911	95
Capitão Leônidas Marques	137 060 397	1 421	96 453	97
Carlópolis	119 226 818	240	496 778	89
Catanduvas	107 771 659	1 272	84 726	103
Chopininho	216 266 968	1 977	109 391	76
Contenda	96 832 345	1 470	65 872	104
Coronel Vivida	235 172 251	2 585	90 976	91

continua

TABELA 6 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS COM PESSOAL E MATRÍCULAS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ -1991
conclusão

MUNICÍPIO	GASTOS COM PESSOAL (Cr\$ 1,00)	MATRÍCULA	GASTOS COM PESSOAL/ MATRÍCULAS (Cr\$ 1,00)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 5 A 12 ANOS (%)
Formosa do Oeste	85 563 402	518	165 180	82
Guaraci	43 202 222	459	94 122	129
Imbituva	148 558 695	2 460	60 390	80
Jaguapitã	67 333 118	380	177 192	91
Jardim Alegre	187 312 626	1 154	162 316	81
Joaquim Távora	58 298 596	372	156 717	103
Mallet	92 021 761	567	162 296	85
Morretes	81 739 927	1 593	51 312	91
Nova Aurora	199 050 223	1 153	172 637	91
Nova Fátima	75 858 594	616	123 147	91
Paiçandu	137 321 538	3 145	43 663	88
Pinhão	211 265 560	3 520	60 019	84
Porecatu	132 482 422	687	192 842	101
Prudentópolis	267 705 488	5 343	50 104	77
Querência do Norte	69 536 368	1 793	38 782	77
Ribeirão do Pinhal	156 953 458	479	327 669	91
Santa Cruz do Monte Castelo	60 386 068	155	389 588	84
Santa Isabel do Ivaí	111 803 069	399	280 208	105
São Pedro do Ivaí	80 487 779	471	170 887	98
Terra Boa	126 724 471	939	134 957	96
Terra Roxa	157 478 659	1 693	93 018	84
GRUPO E				
Boa Esperança	71 658 763	244	293 683	88
Cantagalo	136 308 820	3 664	37 202	81
Cerro Azul	110 159 043	2 762	39 884	62
Inácio Martins	43 404 565	936	46 372	49
Inajá	43 268 598	45	961 524	98
Itaguajé	41 554 891	34	1 222 203	89
Lunardelli	54 150 768	569	95 168	83
Mariluz	93 761 983	372	252 048	93
Nossa Senhora das Graças	30 602 343	87	351 751	116
Nova Aliança do Ivaí	13 629 968	243	56 090	88
Nova Prata do Iguaçu	87 638 238	1 222	71 717	88
Paula Freitas	41 038 783	159	258 106	81
Presidente Castelo Branco	21 506 644	1 013	21 231	112
Rebouças	85 938 705	175	491 078	75
Sabáudia	41 570 028	235	176 894	82
Santa Izabel do Oeste	90 809 505	1 914	47 445	86
Santo Inácio	48 390 885	874	55 367	93
São Tomé	52 800 817	85	621 186	85
Sapopema	43 788 816	666	65 749	77

FONTE: Sínteses das Prestações de Contas Municipais - TC, FUNDEPAR

CONCLUSÃO

A análise realizada para a amostra de municípios do Paraná utilizada neste relatório fornece um significativo retrato do desempenho das administrações municipais no que se refere às despesas com educação e, mais especificamente, com ensino fundamental, responsabilidade constitucional deste nível de governo.

A combinação de indicadores financeiros e educacionais revelou que não existe uma relação clara entre a melhor condição econômico-financeira e a aplicação adequada dos recursos em educação por parte dos municípios amostrados.

Quando se considera, por exemplo, a distribuição da receita disponível por habitante e a relação entre gastos com pessoal e matrículas municipais, observa-se uma completa desassociação entre os resultados, ou seja, os municípios com maior disponibilidade de recursos não apresentam necessariamente os melhores índices de gastos com educação. Muitas vezes ocorre, inclusive, a situação inversa.

A análise revelou ainda que o simples controle contábil efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado acerca da aplicação dos 25% constitucionais não garante de fato a adequada aplicação do recurso.

Quando se contrastam as despesas com pessoal e a ação operacional a elas correspondente, saltam aos olhos as distorções nos resultados, indicando o desvio das despesas de sua atividade fim. Nesse sentido pode-se sugerir que a efetiva fiscalização do gasto com educação incorpore outros indicadores de controle que reflitam o real atendimento aos beneficiários da ação pública.

Cabe enfatizar que a principal conclusão que se pode extrair da análise é a de que a orientação dos gastos municipais para educação reflete, mais que a capacidade econômica e/ou financeira do município, a decisão política, ou seja, o compromisso que as administrações assumem diante da população.

**ANEXO 1 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS MUNICIPAIS E
GASTOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA**

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Abatiá	22,70	34 930	10 240
Adrianópolis	24,49	66 992	8 936
Agudos do Sul	51,79	48 163	6 089
Almirante Tamandaré	50,67	30 401	66 090
Altamira do Paraná	33,12	60 563	7 439
Alto Paraná	28,65	42 506	12 048
Alto Fiquiri	48,92	51 177	17 218
Altônia	41,30	39 677	24 590
Alvorada do Sul	37,05	76 177	9 679
Amaporã	42,81	85 018	3 941
Ampère	29,19	49 042	13 186
Andirá	29,62	64 527	19 554
Antonina	41,07	43 163	17 066
Antonio Olinto	28,22	37 520	7 724
Apucarana	37,54	50 082	94 914
Arapongas	28,90	55 283	64 531
Arapoti	26,84	66 418	20 511
Araruna	31,33	69 477	12 370
Araucária	27,45	136 866	61 767
Assaí	26,52	63 774	20 292
Assis Chateaubriand	39,43	54 442	39 700
Astorga	36,84	73 464	22 432
Atalaia	53,40	80 174	4 131
Balsa Nova	29,34	95 317	7 519
Bandeirantes	32,46	48 574	34 232
Barbosa Ferraz	37,03	48 005	18 366
Barra do Jacaré	26,25	110 605	3 131
Barracão	41,48	45 182	14 676
Bela Vista do Paraíso	30,92	57 176	15 094
Bituruna	38,80	69 191	12 831
Boa Esperança	35,83	91 648	6 945
Boa Vista da Aparecida	33,35	43 310	10 369
Bocaiúva do Sul	33,32	57 232	10 604
Bom Sucesso	26,26	66 047	7 124
Borrazópolis	30,02	56 626	11 450
Braganey	54,98	53 844	8 058
Cafeara	50,62	126 768	2 398
Cafelândia	37,03	115 133	8 089
Califórnia	38,91	55 708	7 311
Cambará	13,94	62 340	21 339
Cambé	40,50	41 001	73 803
Cambira	31,71	49 753	9 802
Campina da Lagoa	33,18	45 636	20 498
Campina Grande do Sul	62,60	66 418	19 337
Campo Bonito	42,50	65 986	5 046
Campo do Tenente	34,04	77 615	5 241
Campo Largo	43,65	60 668	72 347
Campo Mourão	39,63	41 476	82 280
Cândido de Abreu	36,73	29 168	21 615

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

continuação			
MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Cantagalo	33,21	27 180	25 468
Capanema	41,69	53 565	19 372
Capitão Leônidas Marques	39,41	50 964	17 825
Carlópolis	34,16	50 712	12 341
Cascavel	35,63	53 756	192 884
Castro	41,88	54 141	63 946
Catanduvas	33,67	56 991	9 802
Centenário do Sul	33,79	57 556	14 271
Cerro Azul	26,18	34 925	20 990
Céu Azul	33,52	80 227	10 573
Chopinzinho	36,22	53 770	24 598
Cianorte	32,00	48 057	49 849
Cidade Gaúcha	41,07	67 728	8 465
Clevelândia	28,86	51 698	18 061
Colombo	80,42	31 470	117 658
Colorado	31,28	75 007	18 973
Congonhinhas	36,22	49 761	7 773
Conselheiro Mairinck	25,01	69 980	3 490
Contenda	44,28	60 932	8 928
Corbélia	39,55	58 266	22 803
Cornélio Procópio	32,87	60 417	46 622
Coronel Vivida	37,80	51 482	25 140
Corumbataí do Sul	23,84	46 289	6 640
Cruz Machado	39,68	53 125	16 566
Cruzeiro do Oeste	33,10	38 892	23 609
Cruzeiro do Sul	41,92	63 997	5 006
Curitiba	32,82	102 676	1 313 094
Curiúva	31,19	34 336	10 505
Diamante do Norte	31,62	72 912	7 602
Diamante do Oeste	30,37	64 280	9 251
Dois Vizinhos	37,68	49 653	40 229
Douradina	28,60	62 101	6 576
Doutor Camargo	33,36	89 845	5 930
Enéas Marques	31,04	45 954	12 404
Engenheiro Beltrão	34,81	58 477	14 654
Faxinal	49,57	50 242	19 922
Fênix	29,15	67 012	5 975
Figueira	26,94	37 370	9 612
Floraí	20,05	74 517	5 482
Floresta	26,19	88 715	4 532
Florestópolis	35,35	46 730	11 999
Flórida	25,12	146 772	2 096
Formosa do Oeste	26,61	45 813	15 143
Foz do Iguaçu	29,06	59 241	190 115
Francisco Alves	32,30	50 810	9 183
Francisco Beltrão	28,55	48 192	61 259
General Carneiro	27,10	55 984	11 287
Godoy Moreira	16,19	63 835	5 291
Goio-Erê	37,32	54 806	45 104
Grandes Rios	35,63	57 145	12 158

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

continuação			
MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Guaira	26,95	59 914	29 971
Guairacá	38,08	60 525	5 559
Guapirama	27,79	86 876	3 804
Guaporema	19,76	101 656	2 290
Guaraci	20,79	80 128	5 548
Guaraniaçu	33,46	40 628	25 996
Guarapuava	28,23	60 077	159 692
Guaraqueçaba	50,36	58 262	7 751
Guaratuba	39,74	62 739	17 986
Ibaiti	40,86	40 498	26 044
Ibema	32,45	74 877	6 089
Ibiporã	48,24	54 205	35 164
Icaraíma	37,02	48 017	11 965
Iguaraçu	22,89	65 688	5 710
Imbituva	30,33	34 537	25 600
Inácio Martins	25,02	33 151	13 757
Inajá	52,77	148 193	2 642
Indianópolis	33,64	65 933	6 743
Ipiranga	54,96	43 890	12 598
Iporã	33,60	40 531	25 991
Irati	34,60	36 990	47 755
Iretama	50,28	49 022	15 810
Itaguajé	28,89	60 593	5 054
Itambaracá	31,26	43 221	9 708
Itambé	28,85	79 472	6 157
Itapejara do Oeste	28,99	50 395	9 049
Itaúna do Sul	38,56	68 641	4 553
Ivai	51,53	44 162	11 450
Ivaiporã	30,74	33 814	45 572
Ivatuba	27,72	174 361	2 507
Jaboti	36,16	51 355	4 374
Jacarezinho	24,42	37 680	40 873
Jaguapitã	27,00	48 291	10 613
Jaguariaíva	25,51	63 111	25 133
Jandaia do Sul	30,80	79 050	18 571
Janiópolis	40,26	64 279	10 578
Japirá	30,37	52 505	4 831
Japurá	38,01	64 009	8 111
Jardim Alegre	44,36	41 410	20 437
Jardim Olinda	32,13	169 162	1 411
Jataizinho	30,93	50 616	10 430
Jesuítas	39,64	71 170	12 845
Joaquim Távora	27,87	36 935	9 876
Jundiá do Sul	26,83	78 946	4 224
Juranda	32,45	61 966	8 793
Jussara	44,95	94 743	6 044
Kaloré	32,79	61 319	6 567
Lapa	36,98	42 257	40 112
Laranjeiras do Sul	30,46	37 167	54 102
Leópolis	29,45	105 423	4 746

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

continuação			
MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Lindoeste	35,08	79 385	6 876
Loanda	43,64	44 934	17 756
Lobato	40,37	82 815	3 763
Londrina	41,93	59 470	389 959
Luiziana	34,02	79 817	9 101
Lunardelli	38,59	56 944	7 524
Lupionópolis	27,88	78 544	4 458
Mallet	34,48	42 314	11 806
Mamborê	28,03	71 407	16 032
Mandaguaçu	27,95	62 100	14 694
Mandaguari	40,72	53 918	28 084
Mandirituba	56,03	35 936	38 307
Mangueirinha	33,91	51 604	25 607
Manoel Ribas	25,06	61 147	11 944
Marechal Cândido Rondon	34,36	65 864	49 341
Maria Helena	48,71	59 375	8 441
Marialva	43,37	73 372	22 619
Marilândia do Sul	28,22	55 124	13 749
Marilena	39,77	50 772	6 677
Mariluz	33,68	52 806	11 051
Maringá	42,56	81 723	240 135
Mariópolis	26,54	64 985	6 300
Marmeleiro	33,66	42 651	17 110
Marumbi	28,76	62 417	5 001
Matelândia	33,37	54 885	17 332
Matinhos	34,09	119 848	11 318
Medianeira	39,98	55 959	38 629
Mirador	30,42	114 311	2 338
Miraselva	36,84	78 914	5 331
Missal	41,86	69 041	10 369
Moreira Sales	33,31	48 118	17 013
Morretes	30,78	42 278	13 117
Munhoz de Melo	28,87	77 832	3 625
Nossa Senhora das Graças	27,91	87 671	3 481
Nova Aliança do Ivaí	20,33	189 020	1 206
Nova América da Colina	31,84	78 265	4 107
Nova Aurora	31,50	61 411	15 486
Nova Cantu	51,39	48 251	11 262
Nova Esperança	36,51	59 210	24 197
Nova Fátima	28,97	52 068	8 366
Nova Londrina	34,30	52 614	12 848
Nova Olímpia	43,33	56 617	5 397
Nova Prata do Iguaçu	26,01	53 302	11 599
Nova Santa Rosa	30,32	81 449	7 043
Nova Tebas	35,49	35 446	17 580
Ortigueira	31,27	35 498	27 493
Ourizona	41,81	110 095	3 751
Ouro Verde do Oeste	33,12	91 793	6 333
Paiçandu	35,79	39 448	22 212
Palmas	42,69	47 234	35 233

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

continuação			
MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Palmeira	37,65	99 405	29 030
Palmital	27,89	34 744	24 312
Palotina	47,70	80 636	30 610
Paraíso do Norte	27,71	59 559	8 875
Paranacity	30,54	54 689	8 528
Paranaguá	29,57	62 767	107 601
Paranapoema	28,29	120 168	2 452
Paranavaí	51,57	50 590	71 173
Pato Branco	38,83	48 680	55 667
Paula Freitas	27,58	62 780	4 654
Paulo Frontin	32,19	50 869	6 553
Peabiru	26,89	60 750	14 157
Pérola	32,08	44 164	15 042
Pérola do Oeste	32,00	50 484	12 254
Piên	55,07	48 922	7 741
Pinhalão	28,64	43 286	5 728
Pinhão	36,95	48 417	34 934
Pirai do Sul	25,35	45 778	19 363
Piraquara	60,44	33 368	106 764
Pitanga	28,79	26 077	64 466
Planaltina do Paraná	32,22	83 932	3 795
Planalto	29,01	47 425	15 097
Ponta Grossa	44,66	58 568	233 857
Porecatu	27,42	71 125	17 103
Porto Amazonas	38,60	92 263	3 570
Porto Rico	40,15	103 088	3 211
Porto Vitória	32,30	71 798	3 781
Pranchita	29,32	63 819	8 595
Presidente Castelo Branco	25,40	100 959	3 634
Primeiro de Maio	31,42	68 255	11 905
Prudentópolis	33,40	29 070	47 020
Quatiguá	24,12	51 155	5 762
Quatro Barras	34,46	122 336	9 997
Quedas do Iguaçu	34,80	51 071	31 487
Querência do Norte	27,78	59 612	10 356
Quinta do Sol	34,37	105 921	5 590
Quitandinha	52,72	36 682	14 422
Rancho Alegre	25,53	114 256	4 506
Realeza	44,48	52 537	17 112
Rebouças	34,43	39 886	12 914
Renascença	25,50	65 746	7 545
Reserva	31,81	24 740	25 057
Ribeirão Claro	24,76	44 986	11 393
Ribeirão do Pinhal	46,06	45 881	13 856
Rio Azul	42,87	40 918	12 402
Rio Bom	22,87	55 471	4 198
Rio Branco do Sul	35,29	52 564	38 225
Rio Negro	40,35	58 051	26 313
Rolândia	31,63	51 639	43 722
Roncador	34,94	40 904	17 573

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

continuação			
MUNICÍPIO	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Rondon	33,99	66 209	8 635
Rosário do Ivaí	24,41	54 465	9 899
Sabáudia	25,30	70 077	5 294
Salgado Filho	36,32	42 039	13 832
Salto do Itararé	50,35	53 062	6 360
Salto do Lontra	56,85	48 613	14 293
Santa Amélia	30,87	60 575	4 628
Santa Cecília do Pavão	25,32	44 811	8 650
Santa Cruz do Monte Castelo	32,15	36 828	10 213
Santa Fé	25,72	71 116	8 709
Santa Helena	25,12	77 983	18 850
Santa Inês	18,84	118 711	2 046
Santa Isabel do Ivaí	31,88	46 912	12 846
Santa Izabel do Oeste	31,67	51 808	12 502
Santa Mariana	24,56	56 353	14 714
Santa Tereza do Oeste	26,61	98 463	6 114
Santa Terezinha de Itaipu	39,79	60 369	14 150
Santana do Itararé	22,65	53 134	6 016
Santo Antonio da Platina	72,98	58 701	38 721
Santo Antonio do Caiuá	40,73	104 147	3 112
Santo Antonio do Paraíso	24,94	114 615	2 490
Santo Antonio do Sudoeste	32,59	40 743	20 284
Santo Inácio	29,94	66 559	5 514
São Carlos do Ivaí	31,52	74 832	4 969
São Jerônimo da Serra	31,24	43 671	13 280
São João	36,97	52 372	13 661
São João do Caiuá	41,30	64 479	6 007
São João do Ivaí	39,88	52 674	16 580
São João do Triunfo	62,08	45 848	12 314
São Jorge do Ivaí	30,75	156 008	6 089
São Jorge do Oeste	31,76	68 683	10 323
São Jorge do Patrocínio	33,80	61 262	9 139
São José da Boa Vista	35,61	48 475	8 496
São José das Palmeiras	42,30	70 218	5 598
São José dos Pinhais	34,79	54 805	128 170
São Mateus do Sul	31,90	40 154	33 124
São Miguel do Iguaçu	32,33	78 355	24 838
São Pedro do Ivaí	29,98	64 450	9 327
São Pedro do Paraná	35,02	88 300	3 248
São Sebastião da Amoreira	23,15	55 084	7 967
São Tomé	33,67	78 147	5 117
Sapopema	33,03	54 021	7 088
Sarandi	43,15	40 954	47 972
Sengés	29,88	50 627	14 982
Sertaneja	36,05	106 626	6 705
Sertanópolis	31,73	59 603	14 292
Siqueira Campos	35,13	41 893	14 226
Sulina	30,09	82 529	5 220
Tamboara	24,94	55 369	4 580
Tapejara	32,24	54 041	12 052

continua

TABELA A.1.1 - PROPORÇÃO DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA NA RECEITA DE IMPOSTOS E SUA RELAÇÃO COM A RECEITA MUNICIPAL DISPONÍVEL PER CAPITA E POPULAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 1991

MUNICÍPIO	conclusão		
	GASTO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA/ RECEITA DE IMPOSTOS ⁽¹⁾ (%)	RECEITA DISPONÍVEL ⁽²⁾ PER CAPITA (Cr\$ 1,00)	POPULAÇÃO
Tapira	29,75	50 722	8 515
Teixeira Soares	44,67	45 946	14 008
Telêmaco Borba	29,07	63 519	64 854
Terra Boa	37,35	56 752	14 244
Terra Rica	33,89	64 034	13 905
Terra Roxa	37,28	55 062	19 806
Tibagi	31,28	54 794	22 688
Tijucas do Sul	38,13	45 938	10 213
Toledo	49,05	73 672	94 857
Tomazina	36,75	37 686	11 913
Três Barras do Paraná	36,98	48 564	14 961
Tuneiras do Oeste	26,98	46 716	11 463
Tupãssi	38,67	103 044	8 815
Turvo	33,11	48 275	14 115
Ubiratã	38,49	61 717	26 830
Umuarama	35,03	43 295	100 185
União da Vitória	24,11	54 048	43 948
Uniflor	25,14	116 095	2 662
Uraí	31,64	50 324	13 284
Vera Cruz do Oeste	26,07	63 589	11 362
Verê	44,76	53 946	10 211
Vitorino	67,44	56 613	6 475
Wenceslau Braz	16,80	42 338	18 875
Xamburé	33,90	47 433	8 776

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados extraídos da Base Pública do Estado (BPUB).

(1) Receita de Impostos = Receita Própria de Impostos + Transferências Correntes e de Capital de Impostos.

(2) Receita Disponível = Receita Própria Municipal (Receita Tributária + Outras Receitas Correntes e de Capital) + Transferências Federais e Estaduais.

**ANEXO 2 - COMPORTAMENTO ESTATÍSTICO DAS VARIÁVEIS
EM ESTUDO**

De forma a oferecer parâmetros para descrever e sintetizar determinados comportamentos quantitativos das variáveis em estudo, foram utilizadas, ao longo deste texto, quatro medidas estatísticas: a mediana, a média aritmética, o desvio padrão e o coeficiente de variação de Pearson.

Embora a média aritmética costume ser a medida estatística de utilização mais usual para se representar a tendência central de um grupo de valores relativos a uma variável, neste texto tal função está atribuída sobretudo à mediana. Todavia, os valores da média aritmética e os do desvio padrão relativos às variáveis foram calculados, e estão apresentados nas tabelas deste anexo. Os valores desses parâmetros constituem elementos fundamentais para o cálculo do coeficiente de variação dos dados.

1 SOBRE A UTILIZAÇÃO DA MEDIANA

Conforme indicado, este estudo apresenta tanto o valor da mediana quanto o da média aritmética das variáveis, para cada grupo de município, como parâmetros estatísticos para ilustrar a tendência central dos grupos de dados.

Comparativamente, considera-se que o parâmetro estatístico média aritmética tende a refletir, mais intensamente que a mediana, a variabilidade total gerada por valores extremos da distribuição de dados de uma determinada variável. Assim, embora seja uma medida descritiva, de aplicação usual e de fácil interpretação, a média aritmética para o caso geral das variáveis utilizadas neste estudo será preterida à mediana enquanto parâmetro descritivo da tendência central subjacente aos valores das variáveis dentro de cada um dos grupos de municípios considerados na amostra.

Segundo a noção clássica de mediana, esta é uma medida estatística descritiva mais adequada para representar uma série estatística caracterizada por uma variabilidade, cuja distribuição tende a afastar-se de um perfil de progressão aritmética e do formato de distribuição simétrica.

Segundo Toledo & Ovalle: "A mediana é preferível à média quando se está interessado em conhecer exatamente o ponto médio da distribuição, aquele valor que divide em duas partes iguais. É preferível, ainda, quando os resultados extremos são tais que podem afetar sensivelmente o valor da média."¹⁰

Assim, a mediana foi incorporada, e não apenas o valor da média aritmética, devido ao perfil das variáveis em determinados grupos. Em alguns casos foi possível observar o tipo de variabilidade que costuma afetar a capacidade da média aritmética para representar mais adequadamente a tendência central das variáveis.

Por outro lado, a mediana não funciona exatamente como uma medida sintetizadora da tendência coletiva de um grupo de valores, mas antes como um valor de referência, um ponto focal dos valores de uma distribuição colocada sob certa condição de ordem.¹¹ A mediana também é considerada uma "separatriz" por ser um promédio que divide o conjunto de dados em duas partes iguais.¹²

Na medida em que entre as distribuições envolvidas neste estudo encontram-se muitos casos em que as variáveis apresentam um tal perfil, a utilização da mediana como parâmetro estatístico para representar a tendência central das variáveis pode apresentar certas vantagens.

Conforme já mencionado, principalmente nos casos em que a variável possui valores extremos, a mediana tende a refletir com menos viés a tendência central subjacente aos dados de uma variável. Um exemplo claro desse tipo de problema constitui o comportamento mensurado da variável Gasto com Pessoal/Matrícula.

Independentemente da forma de distribuição que os valores da variável assumem, quando estes são ordenados segundo algum critério (ordem crescente ou

¹⁰ TOLEDO, G. L.; OVALLE, I.I. *Estatística básica*. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1991. p.168.

¹¹Seja uma distribuição de valores colocados em ordem crescente, a mediana é um valor superior à metade dos valores da distribuição e inferior ao restante.

¹² TOLEDO, p.152.

decrecente), a mediana indica um ponto de partição em relação ao qual pode-se visualizar os valores da variável, distribuídos em dois subgrupos iguais em termos de quantidade de valores. Por definição, a mediana é uma medida estatística com a propriedade de "dividir" uma distribuição de dados em dois grupos de mesmo tamanho.

Comparativamente, a mediana é sobretudo um valor de referência, enquanto a média aritmética reflete a tendência coletiva dos valores a um ponto focal, constituindo o ponto de melhor equidistância entre todos os valores da variável, simultaneamente.

Deve-se observar ainda que as tabelas A.2.1 a A.2.8 apresentam também os valores para as respectivas médias aritméticas. Isto oferece uma comparação entre os valores médios e medianos, possibilitando a verificação do efeito da variabilidade das variáveis sobre a média. Entretanto, o cálculo da média, bem como o do desvio padrão, servem para a obtenção do coeficiente de variação de Pearson.¹³ Este coeficiente de variação constitui uma medida estatística de variabilidade que reflete a dispersão de uma variável ao redor de sua média, tendo por referência o afastamento de uma unidade de desvio padrão.

¹³ A equação do Coeficiente de Variação de Pearson é: $CV = \frac{S}{X} \cdot 100$

TABELA A.2.1 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL RECEITA DISPONÍVEL/POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	81 289,67	17 641,44	21,70	81 723
B	60 724,58	19 470,38	32,06	58 568
C	49 924,29	13 531,72	27,10	48 192
D	50 288,17	10 891,42	21,66	49 540
E	71 561,58	38 967,92	54,45	60 593

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.2- MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	29 440,33	5 900,78	20,04	30 623
B	10 936,68	4 198,01	38,38	10 901
C	6 045,94	2 229,61	36,88	5 127
D	2 820,31	1 222,17	43,33	2 400
E	2 506,00	1 390,89	55,50	2 076

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.3 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	1,33	0,29	21,80	1,19
B	1,31	0,16	12,21	1,29
C	1,24	0,14	11,29	1,22
D	1,18	0,14	11,86	1,17
E	1,20	0,16	13,33	1,16

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.4 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL INVESTIMENTO/DESPESA TOTAL, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	0,19	0,04	21,05	0,19
B	0,23	0,08	34,78	0,23
C	0,18	0,08	44,44	0,19
D	0,14	0,07	50,00	0,14
E	0,16	0,08	50,00	0,16

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.5 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS/RECEITA TOTAL, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	0,41462	0,07702	18,58	0,42358
B	0,68423	0,11959	17,48	0,69856
C	0,77479	0,06982	9,01	0,77282
D	0,86429	0,06525	7,55	0,87973
E	0,90321	0,05421	6,00	0,90702

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.6 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL DESPESA COM EDUCAÇÃO/RECEITA DE IMPOSTOS, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	32,19	2,32	7,21	32,33
B	30,75	5,82	18,93	30,17
C	33,04	12,39	37,50	29,32
D	30,75	5,39	17,53	29,79
E	28,31	6,05	21,37	27,39

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.7 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL GASTO COM PESSOAL/MATRÍCULA, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	175 032,49	42 746,44	24,42	199 333,51
B	106 617,77	41 206,28	38,65	93 770,35
C	115 648,90	70 196,53	60,70	111 860,05
D	146 916,93	105 327,52	71,69	123 147,07
E	271 826,28	328 105,91	120,70	95 168,31

FONTE: IPARDES

TABELA A.2.8 - MÉDIA, DESVIO PADRÃO, COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E MEDIANA DA VARIÁVEL TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS, NO PARANÁ - 1991

GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA
A	94,85	6,67	7,03	96,11
B	90,09	5,95	6,60	89,93
C	91,26	8,32	9,12	92,74
D	91,71	10,88	11,86	90,80
E	85,57	14,66	17,13	86,13

FONTE: IPARDES

2 VARIABILIDADE NOS GRUPOS

Através da análise comparativa entre os grupos de municípios, observa-se que os grupos A e B mostraram-se mais homogêneos em termos da variação média dos valores das oito variáveis consideradas. Esta variação refere-se a valores indicados pelo coeficiente de variação. Entre eles, o grupo A, composto por apenas três municípios (Curitiba, Londrina e Maringá), é aquele que apresenta menor variabilidade interna quanto às variáveis envolvidas neste estudo, apesar de incluir um pequeno número de municípios.

Embora a variabilidade deste grupo seja a menor observada entre todos os grupos, o fato de possuir um pequeno número de municípios faz com que ele seja um grupo de difícil representação através de parâmetros de tendência central. Na verdade, é pouco apropriado referir-se à "tendência central" para uma distribuição de apenas três dados de uma variável. Talvez, nesta circunstância, o mais apropriado fosse o estudo de caso, considerando cada município segundo suas particularidades.

Quanto aos demais grupos de município (C, D e E), apresentam uma maior variabilidade interna para os valores das variáveis consideradas; portanto, tais grupos apresentam-se relativamente mais heterogêneos. Nestes casos, a variável cujos valores apresentam maior dispersão é a do Gasto com Pessoal/Matrícula e, em segundo plano, as variáveis Esforço Tributário Próprio e Investimento/Despesa Total.

Por outro lado, entre estes três grupos de municípios, o grupo E apresentou maior dispersão geral quanto às suas variáveis, segundo o coeficiente de variação. Ele apresenta a maior variabilidade interna, no sentido de que cada variável aqui parece comportar-se de modo particular em termos de sua variabilidade. A gama de variação observada entre as variáveis no grupo E tem seus extremos entre as variáveis Total de Transferências/Receita Total e Gasto com Pessoal/Matrícula, que apresentaram, respectivamente, a menor e a maior variação. Deve-se observar ainda que a variável

Gasto com Pessoal/Matrícula, neste grupo, apresenta a maior variabilidade geral para os valores das variáveis consideradas.

Na medida em que tais valores estão atrelados diretamente aos municípios que compõem o grupo, pode-se concluir que a origem da variabilidade interna do grupo E reside fundamentalmente no perfil de seus municípios componentes.

2.1 O PAPEL DE ALGUNS MUNICÍPIOS

Os municípios de Itaguajé, Inajá e São Tomé, em função de seus valores para a variável Gasto com Pessoal/Matrícula, são os que mais contribuíram para a variabilidade interna do grupo E, ao qual pertencem. Isto decorre, por um lado, dos valores da variável Gasto com Pessoal/Matrícula para os municípios que compõem este grupo e, por outro, resulta do grau de heterogeneidade geral do grupo E, que deriva do comportamento geral combinado de todas as variáveis empregadas.

Entretanto, deve-se observar que a variável Gasto com Pessoal/Matrícula¹⁴ resulta dos valores da variável Matrículas Municipais, juntamente com valores de Gasto com Pessoal. Assim, deve-se considerar o comportamento de cada uma das variáveis nesta análise. Em termos gerais, o comportamento da variável Gasto com Pessoal não apresenta características quantitativas muito relevantes neste caso; entretanto, o mesmo não ocorre quanto à variável Matrícula Municipal.

Considerando todo o conjunto de municípios incluídos na amostra, Inajá, Itaguajé e São Tomé são os municípios que apresentam os menores valores para a variável Matrículas Municipais – note que todos estes municípios estão incluídos no grupo E. Assim, devido aos valores reduzidos da variável Matrículas Municipais para esses municípios, estes apresentam valores elevados quanto à variável Gasto com Pessoal/Matrícula. Na verdade, esses três municípios indicados possuem os maiores

¹⁴ Ressalte-se que gasto com Pessoal/Matrícula é o resultado da divisão da variável Gasto com Pessoal pela variável Matrículas Municipais.

valores para Gasto com Pessoal/Matrícula de toda a amostra de municípios e de todos os grupos.

3 COMENTÁRIO SOBRE AS VARIÁVEIS

Com a relação à análise da variabilidade das variáveis em todos os grupos, concluiu-se que a variável Taxa de Escolarização foi a que efetivamente apresentou a menor variação em todos os grupos. Entretanto, deve-se observar que a Taxa de Escolarização não constitui uma variável financeira.

Entre as variáveis financeiras, Total de Transferência/Receita Total foi a que efetivamente apresentou a menor variação observada. Por outro lado, a variável que apresentou maior variação geral (média) em todos os grupos, e em cada um deles, foi Gasto com Pessoal/Matrícula. Este comportamento dispersivo pode sugerir a realização de análise adicional desta variável, considerando tanto sua adequabilidade quanto à validade dos valores mensurados nos municípios, sobretudo nos casos mais problemáticos. Novamente, na medida em que Gasto com Pessoal/Matrícula é, na verdade, uma variável composta por outras duas, faz-se necessário o estudo do comportamento destas variáveis, bem como do perfil dos municípios que mais contribuem para o fenômeno observado.

Quanto à variável Taxa de Escolarização, ela apresenta, comparativamente às demais variáveis, a menor variação média quanto aos seus valores, o que se observa para todos os cinco grupos de municípios.

Um outro aspecto interessante sobre o comportamento das variáveis nos grupos refere-se à variação observada entre os valores médios e medianos, grupo a grupo. A variável Esforço Tributário Próprio, por exemplo, foi aquela que apresentou a maior variação de um grupo a outro. Seus valores extremos foram observados no grupo E, menor mediana (média), e no grupo A, maior mediana (média).

No outro extremo está a variável Taxa de Escolarização, cuja variação foi mínima entre os cinco grupos. Esta variável, portanto, apresenta o comportamento mais consistente em termos dos diferentes grupos de municípios. No entanto, deve-se observar que Taxa de Escolarização não é uma variável financeira.

Entre as variáveis financeiras, a variável mais consistente, ou seja, aquela que apresentou menor variação em termos dos seus valores de mediana (e média aritmética) foi Capacidade de Financiamento dos Gastos Correntes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 **BRASIL. Constituição : República Federativa do Brasil 1988. Brasília : Senado Federal, 1988. 292p.**
- 2 **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1991 - Paraná. Rio de Janeiro : IBGE, 1994.**
- 3 **INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Análise dos gastos públicos municipais em educação : tipologia de municípios e metodologia de amostragem. Curitiba : IPARDES, 1994. 67p.**
- 4 **PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná 1989. Curitiba : DIOE, 1994. 254p.**
- 5 **PARANÁ. Tribunal de Contas. Resolução n. 5.915/92, de 05 de maio de 1992. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Curitiba, n.104, p.66-67, maio/ago.1992.**
- 6 **PARANÁ. Tribunal de Contas. Resolução n. 34.622/93, de 04 de novembro de 1993. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Curitiba, n.108, p.114, set./dez.1993.**
- 7 **TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1991. 459p.**